

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

NATHALIA DA SILVA PONTES

**O COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMNETO CRISTINA ALVES EM
ITAPECURU-MIRIM (MA): um exemplo do Ecofeminismo nas experiências
agroecológicas**

São Luís - MA

2022

NATHALIA DA SILVA PONTES

**O COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMNETO CRISTINA ALVES EM
ITAPECURU-MIRIM (MA): um exemplo do Ecofeminismo nas experiências
agroecológicas**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Universidade Estadual do Maranhão como requisito
básico para conclusão do curso de Licenciatura em
História.

Orientador: Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat

São Luís – MA

2022

Pontes, Nathalia da Silva.

O coletivo de mulheres do assentamento Cristina Alves em Itapecuru-Mirim (MA): um exemplo do ecofeminismo nas experiências agroecológicas / Nathalia da Silva Pontes. – São Luís, 2022.

--- f. 90: il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

NATHALIA DA SILVA PONTES

**O COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMNETO CRISTINA ALVES
EM**

**ITAPECURU-MIRIM (MA): um exemplo do Ecofeminismo nas
experiências agroecológicas**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Universidade Estadual do Maranhão como
requisito básico para conclusão do curso de
Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat

Aprovado em: 19 / 07 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Viviane de Oliveira Barbosa

Prof^o Dra. Viviane de Oliveira Barbosa
Universidade Estadual do Maranhão
(UEMA)

Elizabeth Sousa Abrantes

Prof^o Dra. Elizabeth Sousa Abrantes
Universidade Estadual do Maranhão
(UEMA)

Isaac Giribet Bernat

Prof^o Dr. Orientador Isaac Giribet Bernat
Universidade Estadual do Maranhão
(UEMA)

*Aos meus pais por todo apoio e incentivo à
minha educação, além do amor e cuidado
dado por vocês a mim e a Alice.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho, assim como, a conclusão desse ciclo possui ajuda de algumas pessoas:

Agradeço, primeiramente a Deus/ Jeová, por todo discernimento, força e resiliência em toda a minha vida, nada foi fácil, mas só um auxílio do onipresente poderia me fazer chegar até o encerramento -um ponto continuando- desse ciclo.

Aos meus pais, Ivete e Antônio Carlos, por todo suporte e cuidado, doados por vocês ao longo da minha vida. Esse diploma será nosso, porque só nós sabemos a luta que foi para chegar a essa conquista. Amo vocês.

A minha irmã, Alice, por toda parceria ao longo de toda a construção desse trabalho. Além dos sorrisos arrancados em momentos de desespero e das saídas para “refrescar” a mente. Amo você, será sempre meu neném.

A minha amiga da vida, não por acaso minha vizinha, Márcia, por todo auxílio dado ao longo da construção desse trabalho, são vinte anos de amizade, trocas constantes e amadurecimento. Espero que sejam mais muitos anos pela frente, né vizinha?

Ao meu amor, Brendo, por todo cuidado, paciência, amor, carinho e parceria, não apenas na conclusão desse trabalho, mas na vida e em cada detalhe do dia a dia. Obrigada por tudo nesses anos juntos, por ser tão único. Eu te amo.

As minhas amigas, integrantes do “Miss baixa renda”, Carol, Iasmin e Viviane, amigadas que o Pão da Vida me deu e o COLUN fortificou, passamos perrengues, sorrimos, choramos, surtamos, sempre juntas. Apesar de cada uma está traçando seu caminho, momentos juntos se tornaram raros, auxiliaram em toda vida acadêmica, uma apoiando a outra. Obrigada por tudo.

As minhas amigas que o IFMA me apresentou, Nathalia Hellen e Geovanna, a distância e a vida corrida, não separa a parceria que nós temos, obrigada por todo apoio nos eventos da vida.

Aos meus amigos, integrantes do “Agora até a Burguesia”, juntos passamos por todos os surtos da UEMA, nos divertimos, debatemos assuntos cabeças...outros nem tanto e, além de tudo amadurecemos juntos, sucesso a todos vocês.

Ao Prof. Dr. Isaac Bernat, por todo suporte, paciência e orientação nesses anos de pesquisa. Além de me integrar ao Núcleo sobre Questão Agrária Brasileira (NEQAB), no qual orgulho-me de fazer parte.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em especial ao Coletivo de Mulheres “Arte é Vida” do Assentamento Cristina Alves, por todas as informações cedidas. O trabalho de você é excelente.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), por fomentar a pesquisa e dá suporte para que a pesquisa pudesse ser realizada.

A todos que integram o Curso de História, obrigada por toda a assistência doada aos alunos.

A todos os familiares e colegas que contribuíram, de alguma forma para conclusão desse trabalho. Enriquecendo todo o processo.

A todos colegas da minha turma e do curso que convivi nesses últimos anos, obrigada por todos pela troca de experiências e desespero.

“Se não atende às necessidades e anseios de todos os membros da família, se não vê as especificidades das mulheres, se de alguma maneira reforça a exclusão delas, se não olha para o cultivo delas e para as suas especificidades, então não é agroecologia.”

Elisabeth Cardoso

RESUMO

O Ecofeminismo é uma corrente do feminismo, luta contra a dominação da mulher e da natureza pela sociedade machista e patriarcal. O movimento surge no século XX, nos Estados Unidos, trazendo um grande debate para a essa pauta feminista aliada ao meio ambiente. Veremos como essas ações são representadas no Brasil. Para além disso, compreender o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que defende uma causa igualitária: o direito a terra, conquistado através de uma Reforma Agrária Popular. Desde a sua fundação vem encontrando barreiras na sua luta, consequência de uma intensa disputa com o Poder Executivo. Além disso será destacado, a importante contribuição das mulheres no processo de luta por terra e pelo estabelecimento de direitos sociais. Para quebrar a divisão de sexual do trabalho e enfrentar a luta de classe, o Movimento criou um Setor de Gênero e desenvolve uma série de trabalhos para alcançar a igualdade em todo o processo de luta pela terra e no decorrer dos seus desdobramentos. Observaremos essas mudanças, no caso do Coletivo de Mulheres do Assentamento Cristina Alves, localizado na cidade de Itapecuru-Mirim, elas participam de diversas atividades da nova realidade camponesa, salientando pelo seu trabalho para além da esfera doméstica. Através do trabalho, identificamos as iniciativas praticadas pelo MST na defesa da igualdade de gênero, a partir do histórico de ações participativas das mulheres desde a gênese do Movimento, exemplificado no caso do Coletivo de Mulheres do Assentamento Cristina Alves. Como resultado, percebemos as a busca de direitos e uma ação participativas delas no movimento agroecológico, além de um intenso processo de ruptura com os valores patriarcais bastante dominante na sociedade rural, no Brasil.

Palavras-chave: Coletivo “Arte é Vida”; Agroecologia; Ecofeminismo.

ABSTRACT

Ecofeminism is a current of feminism, it fights against the domination of women and nature by sexist and patriarchal society. The movement emerged in the 20th century in the United States, bringing a great debate to this feminist agenda allied to the environment. We will see how these actions are represented in Brazil. In addition, to understand the Landless Rural Workers Movement (MST) that defends an egalitarian cause: the right to land, conquered through a Popular Agrarian Reform. Since its foundation, it has encountered barriers in its struggle, as a result of an intense dispute with the Executive Power. In addition, the important contribution of women in the process of struggle for land and for the establishment of social rights will be highlighted. To break the sexual division of labor and face the class struggle, the Movement created a Gender Sector and develops a series of works to achieve equality throughout the process of struggle for land and throughout its unfolding. We will observe these changes, in the case of the Coletivo de Mulheres do Settlement Cristina Alves, located in the city of Itapecuru-Mirim, they participate in various activities of the new peasant reality, emphasizing their work beyond the domestic sphere. Through the work, we identify the initiatives practiced by the MST in defense of gender equality, based on the history of participatory actions by women since the genesis of the Movement, exemplified in the case of the Coletivo de Mulheres do Settlement Cristina Alves. As a result, we perceive their search for rights and participatory action in the agroecological movement, in addition to an intense process of rupture with patriarchal values quite dominant in rural society in Brazil.

Keywords: Coletivo “Arte é Vida”; Agroecology; Ecofeminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Estrutura com as principais vertentes do Feminismo e Ecofeminismo.....	26
Tabela 1- Estrutura Organizativa do MST.....	51
Figura 2: Estrutura Organizativa do Assentamento.....	55
Tabela 2: Nome dos Núcleos de Famílias do PA Cristina Alves, por Agrovila.....	56
Figura 3: Concessão de Direito Real de Uso (licença de ocupação) na microrregião de Itapecuru-Mirim.....	58
Figura 4: Titulação ou Licença de Ocupação por Reforma Agrária no Município de Itapecuru-Mirim.....	59
Figura 5: Distribuição da Concessão de Uso da Terra no Coletivo de Mulheres “Arte É Vida”	60
Figura 6: Produção da Amêndoa do Babaçu no Maranhão.....	61
Figura 7: Profissão autodeclarada pelas mulheres no Coletivo “Arte É Vida”	63
Figura 8: Responsável pela renda da família.....	64
Figura 9: Participação na renda da integrante do Coletivo.....	65
Tabela 3: Atividades realizadas pelas mulheres no Coletivo	66
Figura 10: Atividades realizadas pelas mulheres antes do Coletivo	66
Figura 11: Compreensão dos direitos pelas mulheres do Coletivo.....	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CENTRU- Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

COOPEVI- Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru

DOU- Diário Oficial da União

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MMC- Movimento das Mulheres Camponesas

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NB- Núcleo de Bases

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

SAF- Sistema Agroflorestal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 MOVIMENTO FEMINISTA E ECOLOGIA: O ECOFEMINISMO	19
1.1 Mulheres e Ecologia: ações e compromissos com a pauta ecofeminista	27
1.2 Ecofeminismo do Brasil	30
2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA	33
2.1 A Reforma Agrária no contexto mundial	33
2.2 “O Estado Caminha A Reboque Dos Movimentos Camponeses”: gênese e estrutura do MST	37
2.3 “Companheira de luta ou coordenadora de panelas”: as mulheres na luta pela/na terra	40
2.4 O Setor de Gênero e movimentos na busca por equidade	43
2.5 O MST e a Agroecologia	45
3 O COLETIVO DE MULHERES <i>ARTE É VIDA</i>: ECOFEMINISMO NA TRANSIÇÃO AGROECOLOGICA	50
3.1 O Contexto Histórico do MST/MA e sua Organicidade	50
3.1.1. Organicidade do MST no Maranhão.....	52
3.2 O Assentamento Cristina Alves e o Coletivo de Mulheres <i>Arte É Vida</i>	53
3.2.1. A distribuição das terras na microrregião de Itapecuru-Mirim.....	58
3.3 Perspectivas Ecofeministas nas Agroecológicas do Coletivo de Mulheres <i>Arte É Vida</i>	62
3.3.1 Renda.....	62
3.3.2 A participação das mulheres no Coletivo.....	65
3.3.3 A relação das mulheres para com o meio ambiente e a compreensão dos seus direitos.....	67

CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE	79
APÊNDICE A- Modelo de questionário aplicado com as mulheres do Coletivo <i>Arte é Vida</i>	80
APÊNDICE B- Modelo de autorização para divulgação do das informações	86
APÊNDICE C- Tabela de resultados 1	87
APÊNDICE D- Tabela de resultados 2	88
ANEXO A- Localização do Assentamento Cristina Alves	89
ANEXO B- Área de influência do Município de Itapecuru-Mirim	90

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico parte de um interesse surgido durante o período que fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-2019/2022), com financiamento da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Por meio das cotas, pesquisei sobre a organização camponesa para uma transição agroecológica e as repercussões das ações do Coletivo de Mulheres do Assentamento Cristina Alves na Vila 17 de Abril. No decorrer das pesquisas, com levantamentos bibliográficos, encontrei alguns arquivos que tratavam do Ecofeminismo, me fazendo pensar se no Brasil, especialmente no Maranhão, existia a presença dessa vertente do Feminismo, já que a implantação da Agroecologia em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem as mulheres exercendo protagonismo.

Desta forma, este trabalho pretende investigar o debate acerca do Ecofeminismo e como ele está presente no país, fazendo um estudo de caso a partir das suas características na implantação de uma transição agroecológica realizada, principalmente, pelo Coletivo de Mulheres do Assentamento Cristina Alves em Itapecuru-Mirim (MA). Perpassando pelo seu protagonismo no campo político, social e econômico.

Para início de conversa, precisa-se traçar um breve histórico do Ecofeminismo, onde a partir da década de 1970, os movimentos feministas surgiram com manifestações onde também se reivindicava pautas sobre o meio ambiente para além da luta por equidade nos direitos. Nesse mesmo período, o termo Ecofeminismo foi utilizado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne (1974), responsável por fundar o movimento que uniu o feminismo e a ecologia, destacando que a ecologia era também uma pauta feminista. Nessa perspectiva, o movimento feminista encontra no sistema patriarcal a gênese do desastre ecológico, enquanto as mulheres e a natureza são vistas como reprodutoras da vida, vítimas das agressões do sistema.

O Ecofeminismo, ou também conhecido como Feminismo Ecológico, é considerado uma vertente do Feminismo que segundo SILIPRANDI (2015, p.66) se constituiu através de um conjunto de colocações teóricas e de experiências dentro dos movimentos de mulheres que discutiam sobre a necessidade de reinterpretação das relações humanas com o meio ambiente; repensando ações dos indivíduos da sociedade para que essa relação fosse mutua no respeito, ou seja, não fosse sexista e que valorizasse os limites da natureza. Essa vertente, possui quatro pilares básicos: o primeiro é o ideal de descentralização e

não hierarquização; o segundo, o apoio a economia de subsistência; o terceiro, uma procura ou desenvolvimento de tecnologias mais ecológicas, menos agressivas ao meio ambiente; e por último, a superação da dominação patriarcal nas relações de gênero.

O campo de estudo sobre essa temática, possui algumas autoras como referência no assunto, como Vandana Shiva (1991), responsável por “demonizar” o indivíduo homem e recuperar o feminino, isto é, a restauração do princípio feminino é amplo, inclui restaurar formas femininas, masculinas e criativas de ser e perceber a natureza, o que pressupõe esta como um organismo vivo. Outra importante contribuição é a realizada por Alicia Puelo (2008) e a sua preocupação com o “Ecofeminismo ilustrado” e a validade do Ecofeminismo não essencialista, reivindicando a igualdade e autonomia das mulheres. E por último, exercendo uma contraposição, Bina Agarwal (2015) critica amplamente o Ecofeminismo e passou a criar uma nova linha teórica chamada de "ambientalismo feminista". A economista indiana acha que a maioria do Ecofeminismo estabeleceu a ligação entre gênero e meio ambiente apenas em termos ideológicos. Além de criticar a ocupação conceitual da biologia sobre a construção social de gênero, fazendo uma generalização e ignorando as outras categorias vinculadas ao gênero.

Após toda a discussão envolvendo o Ecofeminismo, faz necessário compreender toda dinâmica da luta pela terra exercida pelo MST no país e em seguida como a participação feminina esteve presente em todo o processo. Para entender a dinâmica e estrutura do MST, a entrevista conduzida por Bernardo Mançano Fernandes a João Pedro Stedile-economista e atuante nos movimentos de Reforma Agrária desde 1979, sendo um dos fundadores do MST-, transformada no livro *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, é primordial, pois destaca todo seu processo de gênese e consolidação.

Quanto a participação feminina, é notório dentro dos discursos e das práticas que envolvem o MST, as relações de gênero são bastante significativas, principalmente a partir de 1984 quando o Movimento iniciou o processo de incorporação de algumas pautas feministas que tomavam forma neste período. Todavia a necessidade de inclusão das mulheres no MST é resultado de um processo árduo e complexo, ainda recorrente no Movimento. No entanto, esta não foi uma prioridade desde a sua fase inicial, mas uma demanda que surgiu decorrer da sua história:

Se na fase inicial do MST a preocupação com a presença das mulheres é quase nula, paulatinamente, nos anos 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de Mulheres do MST. A “invisibilidade” da participação feminina passou a ser o objeto de debates e resoluções. No artigo 45 do Documento Básico do MST, de 1993, é enfatizada a necessidade de “Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”; além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”. Com efeito, são muitos os depoimentos e textos que se referem ao meio camponês como sendo um lugar de permanência do machismo e de recuo político das mulheres. (GONÇALVES, 2009, p.202).

Ao longo do trabalho, as obras das autoras Emma Siliprandi, Maria das Graças Rua, Miriam Abramovay e Renata Gonçalves são referências no estudo dessa participação das mulheres na linha de frente ao longo de todo processo de luta pela terra e, após a conquista a sua luta por equidade e espaço na organicidade do assentamento. Medidas e ações mais efetivas para a quebra dessa divisão surgiram no ano 2000, quando o Setor de Gênero, foi fundado e através das suas publicações, ampliou as ações e discussões para dar voz, espaço e poder de decisão para as mulheres dentro do Movimento, proporcionando respeito e igualdade. Visto que o Movimento, assim como outros movimentos sociais, não é isento dos problemas.

No Maranhão, o Movimento Sem Terra atua a mais de três décadas, apesar de ser a maior referência no Brasil quando o assunto é luta pela terra, Reforma Agrária e defesa de uma agricultura mais eficiente ambientalmente, não é o maior Movimento agrário do Estado. Desde 1998, o Movimento vem implementando ações no Vale do Itapecuru, estão vinculados a Regional de Itapecuru, segundo BERNAT (2017) “[...] setenta áreas entre acampamentos e assentamento [...], com diversos graus de intensidade, a organicidade do MST/MA, 14 deles compõem a Regional de Itapecuru”. Mas foram identificadas 20 comunidades, pois alguns assentamentos são constituídos por outras áreas que possuem um processo histórico de construção diferenciado, merecendo uma análise específica.

Dentro das dezenas de assentamentos do MST ligados à Regional de Itapecuru, o Assentamento Cristina Alves (localizado no município de Itapecuru-Mirim) é um dos

principais quando o assunto é protagonismo feminino na organicidade do assentamento. Ele é resultado de um extenso processo de luta pela terra, apresenta uma particularidade quando comparado as outras áreas da mesma Regional, pois é a única região em que as famílias não possuíam uma ligação anterior a terra, até o processo de ocupação. O Assentamento conforma duas agrovilas, com históricos de luta diferentes, mas ambos duradouros e conflituosos processos de luta: a Vila Cabanagem e a Vila 17 de Abril. O primeiro inicia em 2001, enquanto o segundo em 2005 e, logo depois, em 2007, agrupam-se formulando o atual Assentamento Cristina Alves.

No Assentamento Cristina Alves, o protagonismo exercido pelas mulheres dentro da sua organicidade é evidente, elas possuem uma forte atuação na vida socioeconômica do assentamento tanto nos espaços de produção- nas hortas, projetos agroecológicos entre outras atividades voltadas para a agricultura- como nos espaços de tomada de decisão política. Elas são exemplos de luta e resistência pelo acesso à terra e aos meios de produção. Essa atuação será alargada ao longo do trabalho, mas de antemão traz uma discussão sobre como o conceito e princípios do Ecofeminismo podem ser vistos no papel exercido pelas mulheres do Assentamento Cristina Alves, mesmo que no Brasil, o movimento ainda não tenha tanta força como possui internacionalmente.

Nesse sentido, este trabalho se valerá dos materiais bibliográficos sobre o Ecofeminismo, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e no estado do Maranhão, fazendo base para o ponto principal da pesquisa: o protagonismo exercido pelo Coletivo de Mulheres do Assentamento Cristina Alves em Itapecuru-Mirim (MA). Algumas dessas perguntas serão respondidas a fim de responder a problemática do objeto de pesquisa: Quais as discussões e problemáticas que cercam o Ecofeminismo? Como o MST desde da sua gênese trabalha as questões de gênero na sua organização interna? É possível afirmar que a experiência de transição agroecológica, onde as mulheres são protagonistas é um exemplo da existência do Ecofeminismo no país?

1 MOVIMENTO FEMINISTA E ECOLOGIA: O ECOFEMINISMO

Um dos grandes nomes do Feminismo mundial, a filósofa norte-americana Angela Davis ¹ afirma que se precisa criar um movimento “revolucionário e multirracial” que seja inclusivo e envolva as principais questões atravessadas pelas mulheres pobres e trabalhadoras que não tinham a luta por direito ao voto como prioridade, mas travavam uma luta por dignidade, alimentação e direitos básicos sociais. Seguindo essa perspectiva de atender a pluralidade, surgiu dentro do movimento feminista outras demandas enfrentadas pelas mulheres, como as questões raciais e a ausência espaço político ocupado por elas, dessa forma outros movimentos foram trabalhados paralelamente para atender todas as necessidades, como: o antirracista e o ecológico.

O Feminismo é um movimento muito complexo e envolve várias camadas de debate e compreensão. Ele pode ser apreendido dentro de uma sociedade democrática liberal, partindo da luta por direitos políticos e sociais iguais visando uma inclusão das mulheres em todas as partes da sociedade. Assim como também pode ser estudado a partir da perspectiva de cultura e consciência, pensando a mulher como um ser simbólico, cultural e psicológico, dentro do lugar de inferioridade imposto pelo patriarcalismo. Essa última é a análise de maior afinidade com a questão ecológica.

O Ecofeminismo representa justamente uma união dessas duas componentes da sociedade: a ecologia e o feminismo. Ele parte da premissa que, em geral, na cultura patriarcal existe uma “conexão fundamental entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza” (RUETHER, 1996, p.130). O sexo feminino é visto como o mais próximo da natureza, no íntimo do patriarcalismo, identificada a partir de corpo, terra, fraqueza e a “tendência ao pecado”. Outro ponto analisado pelas Ecofeministas ocidentais, para além dessa visão cultural-simbólica, perpassa por uma visão socioeconômica que abrange como o poderio existente na dominação do corpo e trabalho feminino está vinculada a exploração da terra, dos meios naturais e dos animais.

O Ecofeminismo é um conjunto de teorias e práticas interconectas, onde o principal objetivo é estabelecer relações entre a dominação da mulher e a dominação da natureza dentro da sociedade capitalista-patriarcal. O pensamento ecofeminista foi

¹ É uma filósofa, professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia e uma das principais representantes da luta pelos direitos civis. Integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos, tendo sido candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984. Próxima ao grupo Panteras Negras, foi presa na década de 1970 e através da mobilização da campanha “Libertem Angela Davis” ficou mundialmente conhecida.

utilizado pela primeira vez na década de 1970, na chamada “segunda onda” do Feminismo, recebendo influência das pautas de outros movimentos emergentes da época, tendo como percussora a autora feminista francesa Françoise D’Eaubonne. Nesse momento, questionavam a existência desse dualismo entre campo e cidade, entre os meios ditos produtivos e reprodutivos, dessa maneira, na gênese desse movimento, originou-se a associação entre “uma utopia feminista e uma sociedade ecológica” (SILIPRANDI, 2000, p.64). O Ecofeminismo vem justamente desconstruir esses dualismos, tanto no tocante ao que diz respeito às mulheres quanto na problemática que envolve a natureza. Como afirma Alicia Puelo (2008, p.38)

Desde hace mucho tiempo, desde mucho antes de la superpoblación, es lo que siempre han intentado hacer. El poder del control de la reproducción ha sido arrebatado a las mujeres y debe volver a ellas. Por otro lado, señala, el modelo falocéntrico de civilización tanto capitalista como socialista es ecológicamente insostenible y habrá de ser reemplazado en aras de la supervivencia de la humanidad. De ahí el lema *Le féminis- me ou la mort*..²

Apesar de ter surgido em 1970 como conceito e teoria, a prática ecofeminista já existe desde antes quando observa-se o Movimento Chipko³, na Índia, ou outros movimentos como anti-nuclear e anti-guerra nos Estados Unidos, a partir dos anos 60; ou quando atenta-se para outros movimentos ocorridos na América Latina das mulheres indígenas e mulheres camponesas em defesa de seus territórios. Desta forma, pode-se traçar um paralelo entre as práticas desses grupos e as práxis ecofeministas, ou seja, identificando a partir desse ponto, o surgimento das práticas antes da palavra existir como conceito nos discursos acadêmicos.

É importante ressaltar que apesar de estabelecer uma relação entre a dominação da natureza e das mulheres, o Ecofeminismo não se finda apenas nas mulheres. De modo geral, o Ecofeminismo compreende que essas relações de dominação possuem como raiz uma mesma lógica, na qual coloca todas as pessoas, todos os seres, inclusive a natureza,

² “Já faz muito tempo, muito antes da superpopulação, isso é o que eles sempre tentaram fazer. O poder de controlar a reprodução foi tirado das mulheres e deve retornar a elas. Por outro lado, ressalta, o modelo falocêntrico de civilização, tanto capitalista quanto socialista, é ecologicamente insustentável e terá de ser substituído em prol da sobrevivência da humanidade. Daí o lema *Le féminisme ou la mort*”

³ Foi um movimento social e ecológico, sem violência, organizado por moradores rurais, na sua maioria mulheres. Ocorreu na Índia, na década de 1970, tinha como intuito a proteção de árvores e florestas destinadas a exploração de madeira com o apoio do governo. O termo Chipko significa “abraçar”, tática primária dos manifestantes para impedir o avanço dos madeireiros. As mulheres estavam diretamente envolvidas no movimento foram mais conscientes das suas posições políticas e da sua participação nas decisões das comunidades que pertence.

sob o domínio da sociedade capitalista, representada pelo homem branco e ocidentalizado. Dessa forma tudo que não se encaixar nesses parâmetros, ficando de fora do que seria esse homem ideal, é colocado como objeto. Quando pessoas, animais e natureza ocupam esse lugar de objeto, passam a ser ferramentas a disposição da acumulação capitalista.

Para pensar o Ecofeminismo de forma sistemática, é necessário identificar os seus princípios a partir de três pontos de vista de análise: do ponto de vista político, onde as mulheres representariam a natureza e os homens seriam a cultura, ou seja, eles seriam superiores segundo o pensamento ocidental, pois a cultura é uma forma de dominação da natureza (RUETHER, 1996; SILIPRANDI,2000). As mulheres teriam o interesse em quebrar com sistema, porquê uma “sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher” (SILIPRANDI, 2000, p. 63). Quanto ao ponto de vista econômico, destaca-se a uniformidade no qual o pensamento ocidental enxerga as mulheres e a natureza, considerando ambos como uma unidade com faces diferentes, onde a dominação das mulheres e a exploração da natureza acontecem a serviço da acumulação do capital. E por fim, pensando a partir do ponto de vista de gênero e ambiental, na qual ressalta-se a exclusão do conhecimento científico sofrida pelas mulheres, onde a sua visão vinculada ao ambiente foi e ainda é subjugada pela ideia existente de dominação natural. A autora Verônica García (1999), sintetiza bem essas perspectivas de análise quando afirma que as mulheres que pertencem ao conhecido como Terceiro Mundo quando são citadas na discussão política do meio ambiente, aparecem basicamente de três formas

como destruidoras do meio ambiente (visão recorrente entre os que lhes atribuíam uma maior parcela de culpa na explosão demográfica e pelo uso que faziam de recursos como água e lenha); como vítimas dos processos de degradação (suportando as contaminações, o desmatamento, os impactos da destruição); ou ainda, como administradoras privilegiadas dos recursos, portadoras de "habilidades e conhecimentos especiais", que as colocariam como agentes sociais mais adequados para gerenciar projetos de conservação e desenvolvimento. (GARCÍA, 1999, p.17).

É preciso salientar que dentro do movimento ecofeminista, existem muitas correntes, que perpassam deste uma tradição mais anarquista, consideradas as radicais, outras que possuem uma visão mais socialista, até aquelas chamadas de liberais que privilegiam ações institucionais. Além dessas, existem as vertentes espiritualistas, que resgatam as práticas espirituais do conhecimento associando ao processo de identidade feminina.

As autoras ecofeministas em consonância as visões de mundo ecofeministas confrontam o sistema capitalista, enxergam nas relações de produção a necessidade dos sistemas de poder de manter as relações de domínio, onde todos modelos de exploração servem de ferramentas para a manutenção da acumulação e da reprodução capital. Alice Puelo (2005) traz no seu estudo algumas contribuições dos primeiros Ecofeminismos, considerados os clássicos da problemática - retomando o que foi citado anteriormente quanto ao poder do sistema capitalista e reforçado por Verônica García-, que trouxeram a compreensão das relações estabelecidas entre a dominação sofrida pelas mulheres e pela natureza frente ao patriarcado: a denúncia do androcentrismo presente na ciência e na história. Pensando sobre a restauração da sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade e resgatando as formas de exclusão que sempre nortearam o ser feminino; além da posição reducionista sobre a tecnologia e ciência, preocupa-se com o uso irresponsável desse domínio, ou seja, levando a uma conduta violenta dos seres humanos aos animais, semelhante a opressão sofrida por diversas etnias e pelas próprias mulheres. Outra característica desses clássicos

chamaram a atenção para a semelhança entre o não reconhecimento das atividades reprodutivas realizadas pelas mulheres (também discutido na Economia Feminista) e a exploração irresponsável dos "recursos naturais", postura que considerava tanto a natureza como a mão-de-obra feminina como fontes inesgotáveis de riquezas à disposição dos homens; ambos os tipos de exploração (sobre as mulheres e sobre a natureza não-humana) foram sistematicamente ignorados nos cálculos de racionalidade admitidos pela economia ocidental hegemônica. (PULEO, 2005, p.127).

Ademais, esses Ecofeminismos clássicos mostraram duas perspectivas: a primeira sobre as mulheres do Terceiro Mundo, as quais eram as primeiras vítimas das políticas de destruição da natureza ocasionada pela globalização desenvolvida pelo sistema neoliberal. Apesar de todos os prejuízos ambientais (como o uso da terra para a produção de bens de exportação, poluição das águas, degradação do solo e desmatamento de florestas nativas), as mulheres transcenderam o papel de gênero tradicional que lhe é dirigido, resistindo a todo esse modelo de domínio. Enquanto o segundo, perpassa a ideia de mudança de visões sobre como se manifesta a relação dos seres humanos com a natureza, passando de um ponto de vista arrogante para algo mais afetivo, pensando a partir de um "óculo" mais feminista sobre essa relação

A experiência das mulheres no espaço doméstico e próxima da natureza tem como desdobramentos uma ética e uma metafísica indissociáveis, em torno do feminino. A ética feminina está assentada no essencialismo

metafísico segundo o qual o mundo das mulheres mostra que elas são mais intuitivas, sensíveis e empáticas; enquanto o mundo dos homens é caracterizado pela agressividade, competitividade, auto centração e eficiência. (CANDIOTTO, 2012, p.1399).

As críticas realizadas a esse Ecofeminismo essencialista envolvem o seu caráter essencialista, defendendo que todas as mulheres teriam de forma natural características que marcariam uma “feminilidade”, ou seja, um instinto espontâneo para o cuidado, afetividade e a maternidade. Seriam esses aspectos em conjunto com os atributos biológicos que aproximariam as mulheres da natureza, auxiliando na manutenção do meio natural. Esse essencialismo teria duas principais vertentes críticas

primeiro, porque uniformiza todos os possíveis comportamentos humanos, masculinos e femininos, definindo-os previamente, de forma a-histórica; e, em segundo lugar, porque, ao aceitar a existência e valorizar as características ditas “femininas”, reforça justamente o que a cultura ocidental sempre utilizou como base para a opressão das mulheres e sua segregação ao mundo privado. Seria como se as mulheres aceitassem “livremente” o lugar subalterno que lhes foi designado pelo patriarcado e passassem, ao invés de denunciar o seu caráter injusto, a se orgulhar dele. (SILIPRANDI, 2009, p.91).

Com isso, a multidimensão do ser mulher é ignorada, pensando a partir de uma visão unidimensional da mulher.

Em contrapartida, o Ecofeminismo espiritualista - originado em países asiáticos, influenciado pelos princípios religiosos de Ghandi e pela Teologia da Libertação latinoamericana⁴-, assegura que o grande crescimento econômico passado pela sociedade é um produtor do processo de violência contra mulher e o meio ambiente, ficando raízes nas concepções patriarcais para a dominação em paralelo a centralização do poder. Essa vertente do Ecofeminismo tem como características próprias a crítica a dominação (das mulheres e da natureza) e a luta por múltiplas causas sociais, como a anti-racista, anti-elitista, anti-sexista e anti-antropocêntrica.

Para a filósofa indiana Vandana Shiva, principal referência quando se pensa esse modelo de Ecofeminismo, o crescimento tecnológico e desenvolvimento econômico

⁴ Segundo Altmann (1979) as raízes dessa planta chamada Teologia da Libertação se encontrariam 1) no movimento continental de libertação em face da “situação insustentável de miséria, alienação e privação, na qual vive a maioria da população latino-americana”

2) no conceito bíblico de libertação, expressão privilegiada (como outras épocas e situações privilegiaram os conceitos de salvação, reconciliação, justificação etc.), embora não excludente, para o acontecimento de Cristo com os homens, “dádiva total que atinge todos os níveis vitais e que dá a todo processo de libertação seu sentido profundo e sua total e imprevisível realização”

modificaram a relação do homem com a natureza, como afirma Loreley Garcia (2009, p.103)

a exploração e a destruição da natureza são intrínsecas ao modelo de desenvolvimento econômico industrial dominante, uma imposição colonial por parte do "Primeiro Mundo". O desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento tecnológico e econômico mudou a relação o homem com a natureza (na cosmologia indiana como a mãe - terra), coloca-o acima dela, outorgou-lhe capacidade para controlá-la e dominá-la pois a natureza passou a ser vista como algo inerte e passivo.

Shiva, tece uma dura crítica ao modelo de desenvolvimento técnico ocidental que se espalhou pelo mundo afora, uma espécie de colonização capitalista. Ela trata esse processo como algo nocivo que se torna fonte de violência contra mulher e o meio natural. Esse modelo de desenvolvimento, tem base na hegemonia do patriarcado, dominação e centralização que formam as estratégias e a construção do pensamento dominante.

A teoria de Vandana Shiva não é isenta de críticas, outras autoras também indianas tercem posições contrárias àquelas defendidas pela autora. A economista ambiental Bina Agarwal critica a falta de análise detalhada sobre como se produziram as mudanças de conceito sobre as mulheres e o meio ambiente. Ela afirma que Shiva desconsidera a individualidade que cada cultura e religião possui, tendo significados próprios para cada conteúdo. Outra crítica relevante feita por Agarwal a Shiva, é a atribuição dada a

destruição da natureza e a opressão das mulheres ao colonialismo e imposição da ciência e do modelo econômico ocidental, ignorando a existência de desigualdades econômicas e sociais que perpetuam a destruição/opressão muito anteriores ao colonialismo. (GARCIA, 2009, p.106).

Sob uma face unificadora, na qual teorias e movimentos ecofeministas que não compartilham do essencialismo presente nas autoras clássicas e que também se distanciam das fontes religiosas e espiritualistas do Terceiro Mundo, existe uma postura construtivista assumida pela terceira via do Ecofeminismo. É a partir dos anos 1990, com as perspectivas construtivistas, nas quais muitas autoras se debruçam na problemática, dentre elas tomam força os estudos de Val Plumwood e Alicia Puleo.

Val Plumwood, faz uma análise a partir da filosofia ocidental sobre a dominação dos seres humanos e da natureza, visando entender as ferramentas de construção das crenças e valores que sistematizam essas relações. Emma Siliprandi sintetiza o pensamento norteador do trabalho de Plumwood ao afirmar que

o pensamento ocidental se caracteriza por uma concepção da natureza humana situada absolutamente fora do âmbito da natureza. A razão faz com que os seres humanos se coloquem numa perspectiva não somente diferenciada, mas superior, esta mesma lógica de domínio existindo tanto com relação à cultura e à natureza como também na relação entre homens e mulheres. o pensamento ocidental se caracteriza por uma concepção da natureza humana situada absolutamente fora do âmbito da natureza. A razão faz com que os seres humanos se coloquem numa perspectiva não somente diferenciada, mas superior, esta mesma lógica de domínio existindo tanto com relação à cultura e à natureza como também na relação entre homens e mulheres. (SILIPRANDI, 2009, p.97)

A autora australiana, Val Plumwood, perpassa o caráter histórico ao afirmar sobre a construção da racionalidade de domínio do homem. Trazendo a superação dos dualismos hierarquizados e que estão presentes na sociedade, são exemplos: mulher/homem, natureza/cultura, corpo/mente, matéria/espírito. Ela analisa como nesse processo de que a natureza e a humanidade pertencem a processos fechados e inalterados, sem nada que os iguale, foram desprezadas as ligações dos indivíduos com seus corpos. Para ela, as características patriarcais não são naturais do ser masculino, mas foram construídas social e historicamente.

Todavia, Alicia Puleo discute a validade da existência de um Ecofeminismo não-essencialista através do Ecofeminismo ilustrado que “reivindique um legado ilustrado de igualdade e de autonomia entre as mulheres” (PULEO, 2008, p.4). Em síntese, dever-se-iam manter as lutas políticas feministas e de forma concomitante manter o sentido ecológico das pautas. Puleo deixa a sua proposta clara em seis pontos fundamentais

1) ser um pensamento crítico; 2) reivindicar a igualdade e a autonomia das mulheres; 3) aceitar com prudência os benefícios da ciência e da técnica; 4) fomentar a universalização dos valores da ética do cuidado entre os humanos e a natureza; 5) assumir o diálogo intercultural; 6) afirmar a unidade e continuidade da natureza a partir do conhecimento evolucionista e o sentimento de compaixão (PULEO, 2008, p.4).

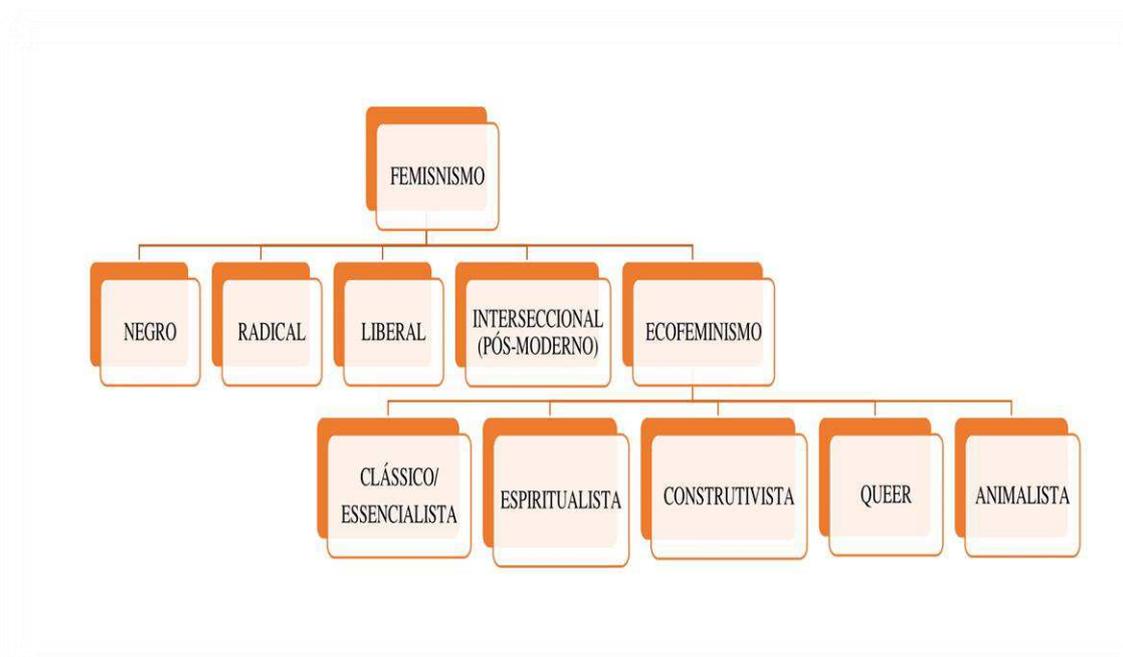
Com isso, Puelo redige críticas a Plumwood visto que essa considera a ilustração apenas com uma razão instrumental, na qual teve como consequência o distanciamento entre a humanidade e o meio natural, servindo como uma justificativa para o uso e exploração. Plumwood, propõe uma “reconstrução crítica da identidade do colonizado” (SILIPRANDI, 2009, p.98). Em última análise, Alicia Puleo resume as ideias de Val Plumwood da seguinte forma

Suas colocações têm o atrativo de integrar as reivindicações de igualdade de Simone de Beauvoir, a crítica à identidade alienada nas teorias de descolonização de Memmi e no feminismo negro e socialista, e a crítica ao androcentrismo proveniente do feminismo

cultural (ainda que rechace a proposta separatista e o essencialismo que a fundamenta) (PULEO, 2000, p. 180).

Por último, cabe destacar, o Ecofeminismo Construtivista, mais uma perspectiva ecofeminista, diferente dos anteriores não possui vínculo nem com fontes religiosas e muito menos essencialista, contudo, ainda compartilha o enfrentamento a ideais problemáticos como os velhos -ismos da sociedade – racismo, machismo, elitismo. Além disso, defende que o relacionamento profundo entre uma maioria das mulheres com o meio ambiente não está associado a características naturais do sexo feminino, discrepante das perspectivas essencialista e espiritualista. Essa aproximação estaria vinculada a “suas responsabilidades de gênero na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade” (TORRES, 2009, p.165).

Tabela 1: Estrutura com as principais vertentes do Feminismo e Ecofeminismo



Fonte: Autoria própria (2022)

Por fim, é necessário evidenciar que uma das grandes contribuições da prática e da práxis ecofeministas foi o fato desse movimento ter desafiado a visão antropocêntrica, na qual o ser humano é colocado como o centro de tudo, o sujeito de direito. Enquanto o Ecofeminismo incorpora outras espécies e o ambiente, ampliando a discussão e possibilitando que as práticas de libertação sejam eficientes, porque elas desafiam a lógica de dominação.

1.1 Mulheres e Ecologia: ações e compromissos com a pauta ecofeminista

As pautas que cercam as questões das mulheres e as concepções dos seus corpos a partir da organização de movimentos de caráter campesino e agroecológico. As mulheres precisam se atrelar a um movimento vinculado a uma estrutura sindical ou autônomo para poder ser vista e ocupar um espaço político de decisão na sociedade. E mesmo atreladas a algum movimento, uma parte delas, não são vistas como personagem principal do processo, mas apenas acompanhantes, sem direitos, vivendo na sombra de grupos já socialmente excluídos. Com isso medidas foram discutidas para combater essa problemática, alguns compromissos e ações nas agendas nacionais foram trabalhadas, em especial a partir do século XX, através de encontros e conferências, a partir da perspectiva institucional e internacional.

Dentre as principais, está a Conferência Internacional, realizada em 1975, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a década da mulher na I Conferência Internacional sobre a Situação da Mulher. Essa iniciativa representou a defesa da luta em prol das mulheres e a busca de uma igualdade de gênero. O lema do evento era “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, enquanto o tema principal do debate foi a exclusão da discriminação sofrida pelas mulheres, defendendo ferramentas de ascensão social. Foi nessa reunião, com participação de 133 delegações das quais 113 eram lideradas por mulheres, que foi aprovado o plano de ação que originaria as diretrizes para o avanço da participativa das mulheres em vários âmbitos da sociedade que foram direcionados aos governos e comunidade mundial, com o objetivo de alcançar melhorias para a década seguinte, quando ocorreria a segunda Conferência.

Com base na criação de um espaço estratégico na primeira Conferência, ocorreu a consolidação das seguintes. Em 1980, na cidade de Copenhague, ocorreu a II Conferência Mundial da Mulher, essa tinha como lema “Educação, Emprego e Saúde”, nessa edição notou-se que pouco se tinha avançado nas questões acertadas no primeiro decênio, direcionando mais rigidez e organização a comunidade internacional, em paralelo a cobrança dos governos por mais melhorias nos direitos das mulheres, acesso a propriedade e participação delas na produção de riquezas da sociedade. Ficou definido, principalmente, os seguintes compromissos nessa edição: alcançar a igualdade no acesso a educação, novas e dignas oportunidades no trabalho; e cuidado, atenção e melhorias no acesso a saúde pelas mulheres.

A III Conferência Mundial sobre a Mulher, com o tema “Conferencia Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, ocorreu em 1985, na cidade de Nairóbi. Milhares de representantes de ONGs, governos e membros da sociedade civil participaram do evento, marcado como o nascimento do feminismo global. Nesse evento foi realizado o balanço dos diversos esforços e avanços alcançados nos dez anos anteriores. Compartilharam os conhecimentos adquiridos e destacaram a vulnerabilidade ainda presente na vida das mulheres (KUHNNEN; ROSENDO, 2021).

Durante a análise dos relatórios produzidos pela ONU, notou-se que as melhorias alcançadas beneficiaram apenas uma pequena minoria das mulheres, principalmente de países em desenvolvimento, tornando-se necessário uma nova leva de medidas para igualar os avanços. Como sintetiza Rubin (2012, p.63)

declarou-se, pela primeira vez, que todos os problemas humanos eram também problemas das mulheres, e assim, elas teriam direito legítimo de participação no processo de tomada de decisões, e na gestão de todas as questões humanas (ICIEG, 2010b); identificou áreas de atenção para mulheres e crianças (violência, pobreza, saúde e educação); insistiu-se que os governos aumentassem os serviços para mulheres, e considerassem legalmente responsáveis os perpetradores de violência (REICHERT, 1998); observou-se a necessidade de transversalização; resultou na Resolução sobre o papel da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), a qual estabeleceu a total integração das Estratégias para o Futuro nos programas sociais e econômicos da ONU (SARDENBERG, 2006), e o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher converteu-se no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) (ICIEG, 2010d)

Por último, a IV Conferência Mundial da Mulher, ocorreu em Pequim, em 1995. Ela destacou o papel de protagonista exercido pelas mulheres no âmbito econômico e social, a partir do princípio de universalidade proposto pelos direitos humanos, respeitando a individualidade cultural de cada uma. Essa reunião utilizou dos temas já trabalhados em outras conferências, como “as questões do meio ambiente, atuação dos meios de comunicação, condição das meninas em todo o mundo; à promoção do empoderamento das mulheres e à superação das desigualdades” (RUBIN, 2012, p.63). Aprovando “a incorporação do direito à saúde sexual e reprodutiva para as mulheres, inclusive do direito ao aborto com assistência pelo Estado, e a descriminalização do mesmo” (FONTÃO, 2011, p.46). Ao final da Conferência foram definidas 12 áreas críticas que serviam de obstáculos do desenvolvimento das mulheres, formulada a partir

da Declaração de Pequim⁵, onde os governos determinaram promover igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres em todo o mundo. Foram adotadas as seguintes medidas

1. A carga persistente e crescente de pobreza que recai sobre a mulher;
2. O acesso desigual da mulher às oportunidades educacionais e a insuficiência destas;
3. As desigualdades no estado de saúde e ao acesso aos serviços de atenção à saúde e o caráter inadequado destes
4. A violência contra a mulher;
5. Os efeitos dos conflitos armados e outros tipos sobre a mulher;
6. A desigualdade no acesso e na participação da mulher no que concerne à definição de estruturas e políticas econômicas e os processos de produção;
7. A desigualdade entre homens e mulheres na participação do poder e na tomada de decisões em todos os planos;
8. A insuficiência de mecanismos existentes em todos os planos para promover o avanço da mulher;
9. A falta de consciência dos direitos humanos da mulher reconhecidos internacionalmente e nacionalmente, e a falta de compromisso em prol desses direitos;
10. A insuficiência na divulgação dos meios de comunicação para promover a valiosa contribuição da mulher para a sociedade;
11. A falta de reconhecimento suficiente à contribuição feminina na gestão dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, e a falta de apoio adequado a esta contribuição;
12. Direitos das meninas (ICIEG, 2010 apud RUBIN, 2012, p. 64)

Com isso, pode-se compreender que os compromissos mundiais com a causa ecofeministas, mesmo que não exclusivamente, trouxe um avanço na participativa das mulheres em outras ações em busca de direitos e voz de decisão, fazendo com que ocupe lugares onde “não lhe cabiam”, definido pelo sistema patriarcal. Não de modo geral, pois as exceções fazem parte da sociedade, as agendas internacionais, a luta para quebrar com a lógica capitalista, a partir do rompimento do vínculo de dominação existente na sociedade para com as mulheres e a natureza. Que apesar da ausência em estudos, encontram-se avanços nas questões paralelas como gênero, feminismo, ecologia,

⁵ Disponível completa em:

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/pekin.htm>

agroecologia e mulheres, dando campo para a problemática, contribuindo com os processos de auto-organização das mulheres camponesas - Mundo afora ou no Brasil.

1.2 Ecofeminismo do Brasil

No Brasil, ainda não existem movimentos que se autointitulam ecofeministas, no entanto, encontramos organizações que possuem características que se assemelham bastante com as problemáticas defendidas pelo Ecofeminismo. Existem poucos estudos e publicações que abordem as questões ecofeministas e de gênero no âmbito agrário. Nas produções brasileiras, o Ecofeminismo Animalista, possui destaque, visto que é o mais debatido no país, segundo Rosendo e Kuhnen (2021, p.27), sintetizam

O Ecofeminismo animalista que, por vezes, se identifica a partir da relação entre feminismos, animalismos e veganismos, inclui não só a relação entre mulheres, gênero e meio ambiente, mas também interespecies. Tal abordagem compreende que o especismo é mais um “ismo” de dominação que deve ser superado, assim como o sexismo, racismo, capacitismo e todas as outras formas de discriminação e opressão.

Contudo, apesar do número reduzido de produções e do escasso debate na academia brasileira, encontra-se princípios do Ecofeminismo no ativismo exercido pelas mulheres no espaço rural, um exemplo é a luta feminina das mulheres brasileiras e latinas em defesa de uma Agroecologia, organizadas pelo Movimento das Mulheres Camponesas⁶ (MMC). Outro caso é a Marcha das Margaridas, articulação social e ambiental que uniu mulheres do campo de várias partes do Brasil.⁷

Enquanto dentro dos compromissos mundiais frente a demanda das mulheres e com a ecologia, pode-se citar a Eco-92

Um momento marcante para o ativismo de mulheres relacionado a questões ambientais no Brasil e, por conseguinte, para a própria história

⁶ Surgiu em 2004, quando diversos movimentos de mulheres do campo, segundo Valandro *et al* (2018) “O MMC caracteriza-se como um movimento popular, feminista e autônomo, que busca a valorização das mulheres do campo, em contraposição à cultura patriarcal, ainda visualizada na sociedade contemporânea. Aposta na construção de um projeto de agricultura camponesa e agroecológica na defesa da soberania alimentar”. Fazem parte desse Movimento, mulheres que executam uma diversidade de funções no campo, como agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco (MIQCB), pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas, além de mulheres indígenas, negras, descendentes de europeus.

⁷ Ele recebeu esse nome inspirado na líder sindical, Margarida Alves. O movimento teve apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), lutou contra as diferentes formas de dominação que tornam as mulheres vítimas de todo o processo. “em suas lutas, saberes, fazeres e reivindicações, com destaque para a agricultura familiar e a agroecologia, tem-se um Ecofeminismo latino-americano” (ROSENDO E KUHNEN, 2021, p.28).

do ecofeminismo aqui e o encontro entre teoria e prática, foi o da Eco-92. O evento contou com a presença de pensadoras importantes dos estudos ecofeministas. [...] No entanto, [...] a força do movimento feminista mais ‘tradicional’ da década de 1980 se sobressaiu aos propósitos ecofeministas. Em outras palavras, houve pouca acolhida da tentativa de incluir a perspectiva ecológica na demanda dos movimentos de mulheres na época. Também a partir da Eco-92, portanto, as correntes ecofeministas no Brasil conquistaram pouco espaço e foram reduzidas pela atribuição do adjetivo “essencialistas”, como afirmado anteriormente. (ROSENDO E KUHNEN ,2021, p.29)

Outro evento que permitiu mais espaço para repensar a relação das mulheres com o feminismo e, em paralelo, com a natureza, ocorreu em 2012, foi a Rio+20. Essa conferência incorporou novos desafios para o feminismo brasileiro e que possuem relação com as preocupações ambientais. Pela influência do feminismo tradicional da década de 80, “as ecofeministas não tiveram naquela ocasião acolhida favorável dentro das ideias dominantes ao interior do próprio feminismo” (RODRIGUEZ, 2006, p.36). Entender a ocasião da Rio+20 é compreender como esse evento configurou o Ecofeminismo a partir da organização dos setores organizados pelas mulheres em defesa da natureza, inserido nos últimos anos no país. Segundo Rodriguez (2006, p.39)

Na experiência do movimento feminista brasileiro, a enorme presença das mulheres organizadas em diversas lutas locais e territoriais de resistência às barragens, à privatização da água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes transgênicas, ao banimento de usinas nucleares, ou pelo contrário, através da agroecologia e da agricultura familiar, da economia solidária, do extrativismo local e da proteção dos bosques, florestas etc. como afirmação da construção de alternativas populares e sustentáveis, são mostra de lutas novas, que o cuidado cotidiano da vida foi impondo às mulheres.

Essa luta que tem nas mulheres as protagonistas, ficando à frente e escancarando a necessidade reflexão e compreensão da sua posição; expondo os problemas que atingem, deixando vulnerável comunidades mais pobres ou grupos tradicionais que já residiam em diversas regiões antes da chegada do desenvolvimento. São exemplos dessa luta liderada pelas mulheres

As lutas das altivas mulheres de Altamira e região contra a privatização e barragem do Rio Xingu em Belo Monte, contra a privatização da água na cidade de Manaus, no coração da Amazônia, pelo livre acesso aos babaquais, especialmente na pioneira luta das bravas maranhenses, contra as florestas de monocultivo de eucalipto no Espírito Santo e Paraná, contra a pesca de arrastão no Ceará, e as muitas outras lutas[...] (RODRIGUEZ, 2006, p.39).

Em suma, no Brasil, não existia de início uma preocupação com as questões de gênero, mas uma atenção voltada a derrubada das florestas para abrir espaço a expansão do agronegócio, focando a atenção mesmo que mínima para a questão ambiental. Para além dessa questão “[...]os traumas da ditadura militar ainda eram bastante recentes. Tendo em vista a violação sistemática dos direitos civis e políticos por mais de duas décadas [...]” (KUHNNEN; ROSENDO, 2021).

2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA

2.1 A Reforma Agrária no contexto mundial

O conceito e o exercício da Reforma Agrária envolvem uma mudança social profunda na estrutura agrária de uma sociedade, abarcar os discursos sobre o limite do desenvolvimento e do progresso, visa alcançar uma inclusão social, além de combater a pobreza e a desigualdade nas áreas rurais - com isso, abrindo uma outra discussão sobre a sua funcionalidade ao capitalismo a baixo custo. Alguns modelos exemplo de Reforma Agrária que ocorreram ainda no século XIX, considerada a clássica que foi desenvolvida em países como Estados Unidos e França, foi um modelo feito para superar o desenvolvimento do capitalismo no meio rural. Todavia já no século XX, a Reforma Agrária foi a forma mais eficaz para se combater a pobreza e desigualdade social nas áreas rurais- E para introduzir o capitalismo e a propriedade privada em sociedades aonde tinham primazia formas de uso não baseadas pela propriedade privada-, muitos países que são grandes potências no mundo atual, aplicaram um projeto de Reforma Agrária eficiente existe o modelo anticolonial desenvolvido em países como Haiti, Paraguai e Uruguai; a radical foi desenvolvida em países como México e Bolívia; popular foi desenvolvida em países como Cuba, Vietnã e Nicarágua; moderada foi desenvolvida em países como o Chile (1962 a 1973); e por fim, a socialista foi desenvolvida em países como URSS, Portugal e na antiga Iugoslávia.⁸ (STEDILE, 2020).

Ao longo da História, a redistribuição de terra através dos diversos tipos de Reforma Agrária, foi uma das ferramentas para uma distribuição justa de terras, Carter pontua que:

nenhum outro século testemunhou tanta atenção e luta política em torno à questão agrária quanto o século XX⁹. Em todos os aspectos, o século passado foi sem dúvida a era da reforma agrária para excellence, durante a qual diversas políticas de redistribuição de terra foram adotadas em numerosos países. (CARTER, 2010, p. 46).

Assim como afirmado por Carter (2010), o século XX foi o que mais se debateu as possibilidades políticas de reestruturação da propriedade e uso da. O agrônomo e economista Veiga (1984), destaca quatro momentos que demonstram a relevância que a

⁸ O país se dissolveu no ano de 1992, após intensos conflitos bélicos. Fragmentou-se em países como Bósnia, Croácia, Macedônia, Eslovênia e República Federal da Iugoslávia, que, em 2006, por sua vez, se dividiu em Sérvia e Montenegro.

⁹ NORONHA (2008)

pauta agrária teve ao longo desse século: a primeira delas foi marcada pelo término de duas complexas guerras camponesas, a da Rússia que representou a união do campesinato com o operariado e os militares, resultando na mudança socialista do conjunto de nações que originaram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); a outra guerra do campesinato que resultou em uma reforma diferente da alcançada na Rússia, foi a que ocorreu no México¹⁰ (entre 1934 e 1940, no governo de Lázaro Cárdenas), o seu desfecho levou a queda da oligarquia fundiária cedendo espaço para o domínio burguês e, conseqüentemente, a alteração para o modelo capitalista da sociedade. No México, outro elemento importante no processo de Reforma Agrária no país foi

o fato de que uma grande parte dos imóveis rurais estavam concentrados nas mãos de um número ínfimo de pessoas, componentes da população rural do país. Em outras palavras, o processo de reforma agrária mexicano visou desconstituir a supremacia das grandes propriedades, por meio de uma nova divisão do campo. (ALMEIDA; SARDAGNA, p 233, 2002)

Mas esses dois movimentos não representam apenas uma única unidade, sendo importante frisar a sua individualidade.

Em uma outra leva de reformas das estruturas fundiárias, originou-se da conquista dos grupos democráticos após o embate com o nazifascismo. Esse movimento gerou mais dois tipos de Reformas Agrárias, como pontua Veiga (1984)

A expansão do socialismo no este europeu e nos Balcãs, a revolução chinesa e a expulsão dos franceses do Vietnã deram origem as dez Repúblicas Populares onde o campesinato chegou ao poder em aliança com os trabalhadores das cidades. Por outro lado, na Itália, no Japão e em Formosa [atual Ilha de Taiwan] houve também modificações na distribuição da propriedade da terra, mas, neste caso, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento do capitalismo. (p.38)

O terceiro momento partiu dos países de origem islâmica do Oriente Médio e de algumas localidades do continente africano, nessa ocorrência as relações burguesas foram consolidadas em conjunto com o controle do poder por esses governos. Por último, a quarta onda agro reformistas, elevando o controle capitalista, com exceção de Cuba que inseriu de forma paralela nesse processo de reforma na estrutura fundiária um movimento de revolução socialista. Foram esses quatro eventos não sintetizam completamente as

¹⁰ O primeiro movimento surgiu em paralelo a Revolução Mexicana de 1910, resultou em uma Constituição (1917) que garantia o direito a expropriação de terras pelo Estado para o projeto de Reforma Agraria; a criação de condições dignas e carga horária justa no trabalho; separação da Igreja com o Estado; e o reconhecimento de propriedade de direito das terras “ancestrais” pelos povos indígenas.

mudanças que o movimento de Reforma Agrária passou, principalmente, nesse período, mas abarcaram as múltiplas camadas.

O cientista político Miguel Carter (2010), trabalha a existência de multiplicidades de opiniões a respeito do MST e a verdadeira estrutura política, econômica e, principalmente, social do Movimento. Um aglomerado de mal-entendidos sobre a seus objetivos foram disseminados, na última década, do século XX, perdurando até a atualidade, ou seja, colocando em xeque o caráter de benefício social e ocupação de grandes propriedades subutilizadas. Desde a sua gênese, existem deficiências organizacionais - característica que nenhum movimento social é isento- e muitos indivíduos de má fé que se aproveitam do Movimento, sendo visto como, uma associação de pessoas pobres, sem acesso a informações, ou como “invasores de terras alheias”; ideologias que estão fixas na sociedade e que vão de encontro contrário a responsabilidade social que o Movimento assume.

Como citado anteriormente, o sistema latifundiário de estrutura da propriedade rural se tornou mais rígido, a partir da primeira metade do século XX, com o aumento da industrialização e do crescimento democrático do sistema representativo de estrutura da propriedade rural- apesar de alguns projetos terem surgido em contextos ditatoriais com outros interesses. Contudo, foi a partir da segunda metade do século XX que a fronteira agrícola se expandiu de forma considerável, e no Brasil, continuou em uma crescente ao longo dos governos ditatoriais com a ocupação de grandes áreas da região amazônica, gerando, segundo José Eli Veiga (1984) um domínio das multinacionais que

passaram a adquirir imensas áreas, onde os fins especulativos são disfarçados por fabulosos projetos de pecuária extensiva ou de exploração florestal. Ao mesmo tempo, esse ‘fechamento’ da fronteira agrícola e expulsão cresce todas famílias de moradores e colonos das grandes plantações, provocaram um incrível inchaço do contingente de lavradores sem-terra que vivem de precários arrendamentos, do trabalho volante e da busca de novas terras de posse (p.14)

É nesse sentido- apesar de uma afirmação genérica, sintetiza duas das diversas outras questões que cercam a Reforma Agrária- que se configura uma situação que concebeu uma grande maioria das reformas agrárias, onde de um lado estava a grande massa migratória a procura de trabalho, muitas vezes ultrapassando as fronteiras do país. Enquanto do outro, ocorre a grande concentração fundiária que limita o acesso à terra, onde um pequeno grupo de pessoas é proprietária de uma grande porção de terras.

O Brasil nunca desenvolveu um projeto efetivo de Reforma Agrária, existindo apenas políticas de criação de assentamentos que foram minimamente eficazes para quem foi beneficiado, mas de modo geral não ocorreu uma política pública eficiente que modificasse a estrutura agrária. A rigor, ocorreu o efeito oposto, pois ao longo das décadas foi vivenciado um aumento na concentração de terras. Segundo o último Censo Agropecuário, divulgado em 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contudo a estrutura fundiária do Brasil apresenta um alto grau de concentração- uma tendência que vem desde quando existem registros- que se manteve inerte desde 1985 a 2006, entrando em uma crescente a partir de 2016, onde foi registrado uma desigualdade 0,867 pontos no índice GINI¹¹. O Estado do Maranhão marcou acima da média nacional (0,867 pontos), cerca de 0,888 pontos.

O debate acerca da questão agrária no Brasil vem se intensificando nos últimos anos. Atualmente caracterizado pelo avanço dos conflitos no campo, ausência de projetos e programas federais que envolvam as comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhas e quilombolas), famílias assentadas de um processo de preservação ambiental, somado ao corte nas verbas para a manutenção das reservas naturais, colocaram a problemática em uma crescente discussão.

Desta forma, a industrialização da agricultura e os limites impostos pelo meio ambiente à produção agropecuária, vão sendo superados, trazendo à tona uma nova modalidade de exploração, o agronegócio. Isso percorre uma afirmativa de José Graziano da Silva (1987), antes de surgir o popular agronegócio, agro é pop “é como se o sistema capitalista passasse a ‘fabricar’ uma natureza adequada à sua sede de maiores lucros, a partir das conquistas tecnológicas da sua própria indústria”. Mas esse processo não se torna uma prática no Brasil, em decorrência da herança colonial, que o processo de dominação, deixou no país. Onde o latifúndio, se tornou o elemento principal para a manutenção da economia e, principalmente, da política envolvendo todas as relações de poder influenciadas por essa lógica, ou seja, parte integrante e de grande relevância do capitalismo. Segundo Santos e Mazin (2015) “O agronegócio é a síntese da evolução

¹¹ O índice Gini é uma ferramenta que procura medir o grau de concentração de renda (independente da forma que é gerada), marca o grau de distância dos mais pobres para os mais ricos. Na sua forma de medir, o valor zero (0) representa a igualdade, enquanto o valor (1) significa o extremo da desigualdade, isto é, apenas uma pessoa detém toda a riqueza.

deste processo, é a resposta concreta à contradição estabelecida pela luta de classes no campo brasileiro das últimas cinco décadas”.

2.2 “O Estado Caminha A Reboque Dos Movimentos Camponeses”¹²: gênese e estrutura do MST

No Brasil, o processo de luta pela terra é indiferente a existência de um projeto de Reforma Agrária. Antes de ser um dever do Estado, o projeto de Reforma Agrária é uma luta popular. A luta pela terra envolve um processo de ocupação e de resistência, a exemplo de comunidade tradicionais, quilombolas e indígenas - principal maneira para usufruir e em muitos casos, uma luta por permanência nas terras- e de incitações populares de variados movimentos rurais, onde ocorre a pressão dessas manifestações para implantação de políticas públicas para introdução de direitos como educação, saúde, saneamento básico, créditos de financiamento para implantação de hortas, transformação dos produtos frutos do extrativismo e manutenção de ambientes adequados para os animais; ou outros direitos que são reivindicados nesse processo. Nesse sentido, “o estado caminha a reboque dos movimentos camponeses” (FERNANDES, p.162, 2009), pois a participação do Estado, apesar da importância, não é determinante.

Desta forma, é possível observar essas dinâmicas, entre processo de luta pela terra e os planos de reforma agrária realizados pelo Estado, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois coincide com o seu processo de formação. O MST, tem berço na região sul do país e, a sua gênese é oriunda de diversos fatores, contudo as transformações que levaram a mecanização das lavouras, processo que revolucionou a agricultura brasileira na década de 1960 e 1970, são as de maior relevância. Essas mudanças de caráter tecnológicas, fundiram a concentração de terras e exclusão social no campo. Este processo foi denominado por José Graziano da Silva (1982), como modernização dolorosa. Durante esse processo de exclusão provocado por todas essas mudanças, foram expulsos uma grande quantidade de famílias, uma grande massa populacional migrou para as regiões de colonização amazônica como Rondônia, Pará e Mato Grosso, com a finalidade de transferir essa mão de obra para o garimpo e o extrativismo de madeira¹³. Enquanto a outra parcela, foram para as cidades, onde ocorria um rápido processo de industrialização, em virtude do período do Milagre econômico

¹² FERNANDES (2009)

¹³ O objetivo inicial era a colonização, o garimpo e a extração de madeira foram consequência da frustração da empreitada colonizadora, resultado da falta de ação do Estado.

brasileiro (1967-1973) e pouco se falou da questão agrária. Porque, nesse momento, a repressão política não permitia que nada fosse falado a grande maioria da sociedade, principalmente, algo contrário ao governo ditatorial.

Além do desenvolvimento do capitalismo na agricultura outros aspectos foram de grande importância para a gênese do MST, como:

[...]O primeiro aspecto, como vimos, é o socioeconômico. O segundo é o ideológico. Quero ressaltá-lo porque é importante na formação do movimento. É o trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.19).

Um último aspecto foi ressaltado por Stedile (2005) em entrevista:

Falei em dois fatores da gênese do movimento, mas há um terceiro também importante. Trata-se da situação política, do processo de democratização do país. Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. [...] A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.22).

O MST, a partir de meados de 1990, ganhou relevância em nível nacional, pois criticava os princípios neoliberais dos governos Fernando Henrique Cardoso e a defesa de setores mais abastados no Brasil. Esse não é apenas um fenômeno rural, mas um fenômeno ideológico que mexeu em várias estruturas da sociedade, uma organização que subverte conceitos e normas tradicionais, como o da propriedade privada. O Movimento trouxe um amplo debate em torno da luta pela Reforma Agrária, que se desenvolveu em seu próprio interior em conjunto com outros vários setores da classe trabalhadora (movimento sociais, organizações políticas, sindicatos) e das contribuições acadêmicas de intelectuais, professores universitários, igrejas e estudantes das ciências humanas.

A proposta de Reforma Agrária envolve uma série de estudos e argumentações sobre a sua pertinência. Dentro da política brasileira contemporânea, poucas temáticas se mostram tão dicotômicas quanto a proposta de redistribuição justa de terras. A esquerda brasileira apoia a possibilidade de uma Reforma Agrária, enquanto a direita se mostra hostil a esse projeto, justamente por serem detentores de grande parte dessas propriedades, mas ambas correntes políticas, excederam seus posicionamentos a respeito da problemática e na implantação de projetos eficientes de Reforma Agrária.

O acesso à terra pelos camponeses- ou por setores marginalizados da sociedade- são exemplos pessoas que vivem nas periferias das grandes cidades há diversas gerações-

modifica suas vidas de forma significativa. A constituição de um acampamento e a regularização desse pelo Estado, após uma longa burocracia, é comemorada como uma grande conquista. A partir da concretização do assentamento, o objetivo do Movimento e dos assentados não é mais a luta pela terra, mas a luta na terra (por saúde, educação, segurança e por direitos básicos garantidos pela Constituição¹⁴).

Contudo, a reforma fundiária, no Brasil, surge do conjunto de quatro fatores determinantes:

[...] (1) um regime democrático, com liberdades de expressão e associação e eleições competitivas, [...] com uma proteção precária dos direitos humanos; (2) um modelo de desenvolvimento rural excludente[...]; (3) uma sociedade de extremas desigualdades sociais, caracterizada pela marginalização de uma ampla camada da população, que subsiste no desemprego e no trabalho precário; e (4) uma luta camponesa sustentada no ativismo público, combinando diversas formas de pressão social e a disposição de negociar com as autoridades governamentais. (CARTER, 2010, p. 288).

Dentro de sua extensa e complexa estrutura, o Movimento Sem Terra, desenvolve um diálogo entre todas suas instâncias de decisão, sobre o envolvimento de todos no processo de luta pela terra e dos direitos após a sua conquista. Neste ponto, abre-se a discussão sobre a questão de gênero e o histórico da participação das mulheres na organização desde a sua fundação. No início do Movimento, luta contra o machismo, racismo entre outras problemáticas, foram colocadas em segundo plano, priorizando as lutas de classes. No trecho da cartilha do Plano de trabalho e os encaminhamentos que foram retirados do Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, realizado em 1996, percebe-se como os problemas se refletiam dentro do processo de luta pela terra:

Nos assentamentos e acampamentos se reproduz os mesmos problemas da sociedade. As mulheres enfrentariam os mesmos problemas se não estivessem no acampamento, como discriminação, dupla moral, falta de estrutura para possibilitar a participação, etc. (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST. 1996, p.3).

¹⁴ Direitos Sociais como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, estão resguardados no capítulo II, artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

2.3 “Companheira de luta ou coordenadora de painéis”¹⁵: as mulheres na luta pela/na terra

Dentro dos discursos e das práticas que envolvem o MST, as relações de gênero são bastante significativas. Desde que o Movimento foi fundado, em 1984, iniciou um processo de incorporação de algumas pautas feministas que tomavam forma neste período. Todavia a necessidade de inclusão das mulheres no MST é resultado de um processo árduo e complexo, ainda recorrente no Movimento. No entanto, esta não foi uma prioridade desde a sua fase inicial, mas uma demanda que surgiu decorrer da sua história:

Se na fase inicial do MST a preocupação com a presença das mulheres é quase nula, paulatinamente, nos anos 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de Mulheres do MST. A “invisibilidade” da participação feminina passou a ser o objeto de debates e resoluções. No artigo 45 do Documento Básico do MST, de 1993, é enfatizada a necessidade de “Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”; além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”. Com efeito, são muitos os depoimentos e textos que se referem ao meio camponês como sendo um lugar de permanência do machismo e de recuo político das mulheres. (GONÇALVES, 2009, p.202).

Na esfera do MST, existe a pauta das questões referentes ao gênero, envolvendo as ações participativa tanto das mulheres quanto de causas LBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, intersexuais entre outras orientações). Todavia, nas suas publicações e documentações, o MST, não traz uma grande quantidade de discussões sobre temas vinculados ao movimento LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, intersexuais entre outras orientações sexuais), colocando no debate das “questões de gênero”, grande parte das publicações para causa das mulheres-, no meio do contexto de luta pela terra. Para compreender a participação das mulheres nas suas diferentes instâncias de organização, se faz necessário entender os laços que ligam a sua coletividade, entre as que mais se destacam são:

1) a ocupação, quando com frequência estão na linha de frente nos confrontos armados com o aparato repressivo “clandestino” e/ou estatal; 2) o acampamento, onde, apesar das constantes e violentas investidas dos jagunços das fazendas, há uma maior participação política das mulheres e quando se vive o mais próximo de uma igualdade entre os sexos; e 3) o

¹⁵ RUA & ABRAMOVAY (2000)

assentamento, quando percebemos um recuo das mulheres para a chamada esfera doméstica. (GONÇALVES, 2009, p.198).

As mulheres passam a integrar com grande participação os movimentos de ocupação de terras, a partir da década de 1980, em paralelo com a redemocratização do país e a após um Plano de Reforma Agrária frustrado. Foi nesse momento que grupos de famílias organizados pelo MST e por outras instituições comunitárias e religiosas são exemplos, ocuparam terras públicas e privadas não utilizadas. Nesse contexto, as mulheres se encontram em todas as etapas da luta, enfrentando as precariedades dos acampamentos, assentamentos e, em muitos casos, a desigualdade presente na luta pela terra, ou em outro estágio, na terra em busca de mais direitos:

Na organização básica desses acampamentos, as mulheres desempenham múltiplos papéis: são produtoras rurais, organizadoras das atividades domésticas e também muito ativas nas mobilizações constituídas para resistir à violência de policiais, proprietários ou especuladores. A precariedade dos acampamentos - onde não há condições mínimas de serviços, como água, energia elétrica, escola, posto médico - tem colocado em primeiro plano as atividades domésticas e finalmente posto em evidência o valor da capacidade organizativa e da disciplina das mulheres, as quais conseguem manter estruturado não só o espaço doméstico de suas famílias, mas até os espaços comunitários do acampamento. Embora nem todas as mulheres necessariamente cheguem a posturas críticas a respeito da divisão Sexual do trabalho doméstico, sua atuação nesses movimentos lhes permite tecer fortes laços de solidariedade feminina e reafirmar sua importância no núcleo familiar. (GIULANI, 2018, p.649).

Contudo, diversas questões que envolvem o dia a dia de homens e mulheres servem de base para o debate da participação feminina no Movimento Sem Terra, visto que as mulheres estão envolvidas nas lutas, mas não se sentiam na sua maioria, representadas. Para além disso, discussões intensas conduziram

[...], num primeiro momento, a criação de um Coletivo Nacional de Mulheres do MST; seguido do Coletivo Nacional de Gênero e, finalmente, do Setor Nacional de Gênero. Estas mudanças, para além de simples alterações na nomenclatura, parecem acompanhar as transformações provocadas pelas mais diversas experiências vividas pelas mulheres (e também por homens) nas diferentes esferas do Movimento. (GONÇALVES, 2009, p. 204)

Ao longo dos conflitos rurais, as mulheres são vítimas de diversas formas de violência, em muitos casos sofrem punições semelhantes aos homens ou piores que deixam marcas mais profundas do que as causadas por um ferimento físico. Elas sofrem diversos tipos de violências que envolvem torturas, agressão física, morte, sequestro,

abortos forçados em decorrência dos maus tratos, a violência sexual também é uma triste realidade para as mulheres ao longo das diversas tensões que enfrentam no campo maranhense. Dessa forma é

Interessante notar que os conflitos narrados por quebradeiras de coco são marcadamente atravessados por relações de gênero. As mulheres são protagonistas de lutas contra homens, a ameaça ao babaçual e à sobrevivência dos trabalhadores é quase sempre atribuída a uma figura masculina – o fazendeiro/grileiro, o jagunço/capataz. Nesse sentido, pode-se dizer que conflitos pelo acesso e preservação dos babaçuais envolvendo quebradeiras de coco no Maranhão são também conflitos inscritos desde o lugar das representações e práticas de gênero. (BARBOSA, 2013, p.291).

Outro importante ponto que merece destaque é o deslocamento do lugar feminino após a conquista da terra, quando já se encontram nos assentamentos. A voz ativa em espaços públicos em busca dos direitos e nas tomadas de decisões é reduzida, elas se voltam para o espaço doméstico e para o cuidado dos filhos. Todavia, possui uma parcela que após a conquista, considera seu trabalho encerrado, no entanto, outras reivindicam o espaço político pertencentes a elas.

[...]essa experiência foi fundamental para que, diante da percepção da redução de sua participação nas instâncias de poder nos assentamentos, algumas das mulheres que haviam se envolvido nas mobilizações anteriores quisessem retomar o seu papel ativo no MST. Tal realidade, ainda nos primórdios da trajetória do MST, mostra que foram as mulheres que tomaram a iniciativa de se organizar para discutir os problemas relacionados à sua participação e aos seus direitos no interior do Movimento. (FURLIN, 2013, p.259).

Em decorrência dos debates, bem como as iniciativas de organização de reuniões, questionam a falta de voz para decisões e o estabelecimento de uma equidade de gênero dentro da estrutura organizacional do Movimento. Contudo, ocorre uma mudança na forma de pensar, do Movimento como organização, após o lançamento de uma cartilha, em junho 1996, onde ressaltava as propostas de reflexão e sobre a visão que o Movimento tinha sobre as mulheres e a participação delas de forma políticas, mas:

Para além dos planos e estratégias traçadas pelo Coletivo Nacional de Mulheres, podemos perceber que aos poucos vão sendo deixadas para trás as chamadas “questões das mulheres” e são introduzidas as “questões de gênero” como uma categoria mais abrangente e não para substituir a categoria “mulher”. (GONÇALVES, 2009, p.206)

O processo de identidade de luta dessas mulheres inicia, muitas vezes, dentro do próprio seio familiar, principalmente, quando ocorre a procura de autonomia e espaço de

decisão em relação aos seus companheiros. Elas eram limitadas a funções específicas no processo de luta, não podendo participar das reuniões, debates e lutas em busca de direitos para a comunidade. As mulheres camponesas- compreendendo aqui mulheres do contexto geral, independente do movimento que integram- tinham que ter um papel bem caricato, sendo um agente colocado de forma indireta no processo, existiam diversas justificativas como Barbosa (2013) afirma

As principais alegações dos maridos giravam em torno do papel atribuído ao que convencionalmente se denomina uma “mulher de bem”, a uma mulher que deveria ter como princípios básicos os cuidados com casa, marido e filhos. Afastar-se dos afazeres domésticos para atuar no espaço público podia indicar falta de seriedade por parte da mulher, algo que, não raro, aparecia no discurso dos homens como falta de observância às regras conjugais e aos parâmetros instituídos pela comunidade. (BARBOSA, 2013, p.297)

2.4 O Setor de Gênero e movimentos na busca por equidade

No processo histórico de construção do MST, as mulheres sempre fizeram parte, desde as decisões iniciais, o desenvolvimento de atividades de grande porte, envolvendo todos os membros da família, formando um território de luta e confronto. Fundado no ano 2000, o Setor de Gênero, através das suas publicações, ampliou as ações e discussões para dar voz, espaço e poder de decisão para as mulheres dentro do Movimento, proporcionando respeito e igualdade. Visto que o Movimento, assim como outros movimentos sociais, não é isento dos problemas- racismo, machismo etc.- que são presentes na sociedade. O papel social do masculino e feminino é construído culturalmente por cada sociedade, ou seja, gênero é usado para indicar uma construção social do que é ser homem ou mulher dentro da categoria social.

Em 2002, no Encontro Nacional em Belo Horizonte ocorreu a aprovação das linhas políticas do Setor que inclui a paridade de gênero nos espaços efetivos de construção do Movimento. Foram estabelecidos e assegurados que 50% dos homens e 50% das mulheres, que participariam de todas as atividades de treinamento e capacitação em cada instância do MST; garantindo que todos os núcleos de base em acampamentos e assentamentos tenham uma coordenadora e um coordenador, que serão responsáveis por coordenar as discussões centrais, e recomendações, e participem de todas as atividades como representantes Com essas premissas, um processo de debate e confirmação da necessidade da igualdade foi iniciado em todos os espaços da organização

O Coletivo de Mulheres é o conglomerado de mulheres que possuem um objetivo em comum, essa formação faz parte do Setor de Gênero (assim como o Setor de Educação, Cultura etc.) que está incorporado no Movimento, foi notório o desenvolvimento de diálogos para a elaboração de ferramentas de introdução das mulheres militantes, em várias atividades do movimento. Existe uma preocupação constante em promover a participação inclusiva de todos, independentes dos setores, um exemplo disso é a formação do Movimento na primeira década do século XXI,

A participação das mulheres é definida pelo seu próprio envolvimento com a luta. Na atual direção nacional, alcançamos a cota de 30%, mesmo sem ter essa porcentagem estabelecida em normas internas. Há uma preocupação permanente de promover a participação da mulher em todas as instâncias, setores e atividades do MST. Das 21 pessoas que compõem a direção nacional, seis são mulheres. Elas respondem pelos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Mato Grosso. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.91)

O intenso debate sobre a questão do gênero dentro do MST fez com que:

Em 2003, finalmente aparece a primeira cartilha elaborada pelo Setor Nacional de Gênero. A ênfase não está mais em “compreender”, mas em “construir”. Sob o título construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder, esta cartilha adquire um caráter mais teórico e procura dialogar com as lideranças na base onde “surgem sempre dúvidas como: o que é mesmo gênero? O que queremos dizer quando falamos de gênero?” (SETOR NACIONAL DE GÊNERO, 2003, p. 7). Com vistas a contribuir para os debates em torno destas questões, o(a)s vário(a)s autore(a)s da cartilha, recorrendo à vasta literatura sobre o assunto, abordam as relações de gênero, o feminismo, a luta de classes, os significados do dia internacional da mulher. (GONÇALVES, 2009, p. 208).

As lideranças femininas do MST, na década de 1990, começaram a discutir sobre esses problemas a partir do conceito de gênero. O Setor de Gênero do Movimento surgiu após diversas lutas por mais participação, mais oportunidades para alcançarem outros níveis como dirigentes do Movimento Sem Terra. O MST aponta as razões para vincular luta de gênero à luta de classes, por isso todos os seus materiais e atividades de formação mostram que o padrão de gênero não surgiu por acaso e não será o mesmo ao longo da história. Nessa perspectiva, o modelo de gênero é dinâmico, vai se estabelecendo ao longo do tempo e mudando de acordo com interesses da classe dominante, ou em função da luta dos oprimidos pelo modelo de gênero do vigente.

2.5 O MST e a Agroecologia

Contemporaneamente, novos processos tecnológicos são desenvolvidos para ampliação das grandes monoculturas de exportação, em muitos casos, desconsiderando os efeitos ecológicos perniciosos dessas ações. Dentre todos, a chamada agricultura de precisão é a que traz mais prejuízos. Os malefícios são diversos para o ambiente, afeta desde o solo, causando danos irreversíveis tornando terras que antes eram férteis em terras inapropriadas para o uso, atingindo também a fauna e flora, assim como as águas e suas nascentes. Com isso, entendemos que não se deve dissociar o lucro gerado pelo agronegócio das grandes lavouras e o manejo responsável dos recursos naturais; ou seja, a produção agrícola não pode visar apenas o lucro, prezando pela manutenção do meio ambiente, mantendo um equilíbrio entre ambas.

Com o avanço das técnicas agrícolas, já não foi imprescindível seguir as regras ecológicas mais básicas. O mínimo respeito ao médio ambiente é entendido como um mal necessário, sem pensar em medidas que possam reduzir os importantes impactos causados. Os efeitos perniciosos à natureza são muitos, o desmatamento e a perda acelerada de solo são alguns dos exemplos. A problemática ambiental sobretudo veio à tona a partir de 1970, com os catastróficos impactos da “Revolução Verde” iniciada em décadas anteriores, com uma intensificação dos problemas ecológicos. Segundo a explicação clara e concisa presente no Dicionário de Agroecologia e Educação

a Revolução Verde se caracterizou por mudanças de fundo técnico, econômico e cultural, que impulsionaram a transformação radical da agricultura, vinculando está a um pacote tecnológico (fertilizantes, sementes, agrotóxicos e máquinas, (fármacos, rações, instalações, matrizes e reprodutores animais), que induziu a especialização produtiva (monocultivos e confinamentos e criação extensiva de animais) em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima. A agricultura foi subordinada à indústria e assumiu sua lógica na produção agropecuária, constituindo o que se denomina complexo agroindustrial. (HADICH; ANDRADE, 2021, p.651)

A partir da década de 1960, ocorreu no Brasil, o processo de modernização da agricultura, que aderiu o modelo de Revolução Verde¹⁶, isto é, uma industrialização da

¹⁶ Foi o processo de modernização da agricultura em grande escala global, no qual inovações tecnológicas na produção foram incorporadas. Ocorreram mudanças nas sementes modificadas em laboratório para serem mais resistentes e produtivas; implantação de máquinas agrícolas nas várias etapas do processo desde o plantio até a colheita; e a fabricação, seguindo uma consequente introdução de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos.

agricultura, sustentada por políticas estatais de concessão de crédito, assistência técnica e científica, modificando o padrão de produção agrícola. Esse processo, agroindustrial, trouxe consigo diferentes prejuízos, em âmbitos sociais e ambientais. No decorrer dos anos de 1980 e 1990, através dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAS), iniciou-se o debate acerca da possibilidade de uma “agricultura alternativa”, uma proposta agroecológica de solução contra a “agricultura convencional” predominante. O campo agroecológico no Brasil, possuiu formação a partir de diferentes sujeitos ativos:

[...] a) o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), que deu origem a várias organizações não governamentais que ainda hoje atuam no campo agroecológico em todo o país; b) movimentos de trabalhadores rurais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os movimentos sindicais “cutista” (Central Única dos Trabalhadores) e “contaguiano” (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); e c) setores da burocracia estatal federal, que implantaram políticas públicas de apoio à agroecologia, principalmente após 2003 (extensão rural e pesquisa, em particular) (SILIPRANDI, 2013, p. 330 apud LUZZI, 2007)

A Revolução Verde apenas se tornou possível pelo aporte maciço de recursos públicos das potências ocidentais, incluindo alianças entre elites industriais e agrícolas, com uma modernização conservadora e excludente, que procurava desenvolver as relações capitalistas no campo sem alterar as estruturas de poder e propriedade. Nesse contexto, ocorreu a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973.

A reestruturação promovida no campo pela Revolução Verde, trouxe diversas consequências para a sociedade e meio ambiente. Alguns exemplos desses efeitos foram a mecanização do meio produtivo, ou seja, quando a mão de obra não é substituída por máquinas, ela necessita de qualificação profissional para a sua execução; o êxodo rural, provocado pelos altos custos de produção, onde os pequenos produtores foram sufocados pelo avanço das monoculturas de escala, gerando uma grande concentração de terras; outra consequência, é a poluição dos recursos naturais e de diversos problemas de saúde ocasionados pelos defensivos utilizados.

Com isso, a busca de uma solução mais sustentável para a agricultura, tornou-se cada vez mais necessária. A procura por alternativas ecológicas a agricultura “moderna” resgatou a lógica dos sistemas de produção utilizados pelas sociedades tradicionais camponesas, atribuindo a estas uma roupagem metodológica. Podemos afirmar que o exercício e desenvolvimento da Agroecologia tem a idade da agricultura no Mundo. No

entanto, foi a partir de 1970 que ocorreu a utilização contemporânea do termo. O conceito de Agroecologia é complexo, envolvendo várias perspectivas a respeito do próprio conceito de desenvolvimento, assim como dos sujeitos que participam dos processos. As frutíferas discussões sobre a Agroecologia estão presentes, entre muitos outros, nos trabalhos de Caporal e Costabeber (2004, pág.11), onde está assume o papel de uma ciência que proporciona as ferramentas para a transição para um futuro sustentável.

A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis.

Nesse mesmo sentido, Assis e Romeiro (2002, p.10) afirmam que:

A agroecologia é uma ciência, surgida na década de 1970, como forma de estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura alternativa que então ganhavam força com os sinais de esgotamento da agricultura moderna. No entanto, apesar de ser um termo que surgiu vizinho às diferentes correntes da agricultura alternativa, não deve ser entendida como uma prática agrícola. É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir autoregulação e consequentemente sustentabilidade.

O termo “Agroecologia” começou a ser empregado no país ao longo da década de 1980 e, com isso, passou a ser sinônimo de um conglomerado complexo de conhecimentos que sustentava, com fins científicos, os processos de transição para modelos de agricultura mais sustentáveis e menos degradantes. Pode-se pensar:

A agroecologia é definida por seus principais teóricos como um conjunto de disciplinas científicas por meio das quais é possível analisar e atuar sobre os agroecossistemas, de forma a permitir a implantação de estilos de agricultura com maior nível de sustentabilidade. O agroecossistema é um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada na qual se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entenderem essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agronômicos), mas também as interações entre os seres humanos, a história e a cultura. (SILIPRANDI, 2013, p. 330).

Para além disso, é importante pensar que:

[...] ao mesmo tempo em que se vai reconstruindo agroecossistemas e territórios agroecológicos cada vez mais sustentáveis, que se realizem pesquisas, estudos, debates que qualifiquem a compreensão da ordem social burguesa – o capitalismo – nas suas formas históricas e atuais de

exploração do trabalho humano e de depredação da natureza. A agroecologia demanda, assim, uma apreensão histórica, societária e planetária, e não só singular, particular e específica do campo e do campesinato. (TARDIN; GUHUR, p. 5).

No Brasil, a Agroecologia também pode ser considerada um movimento social, em virtude da sua forma de organização em torno de questões que iam além dos debates acerca das questões tecnológicas e incorporou outras problemáticas de cunho social. Essa mudança provocou uma valorização da agricultura camponesa e indígena como parte integrante principal para a manutenção eficaz de uma produção agroecológica. Em decorrência disso, abriram portas para o diálogo sobre a valorização das mulheres na construção desse processo, que não é fruto espontâneo de questionamentos, mas de uma luta constante por espaço como está destacado nessa fala de Emma Siliprandi

No entanto, embora as mulheres tenham participado ativamente da construção da agroecologia no Brasil, como produtoras, experimentadoras, comerciantes, consumidoras, somente nos últimos anos têm aparecido publicamente como sujeitos políticos. Isso se deve, sobretudo, à forma como as relações de gênero se expressam no meio rural, relegando o trabalho e a participação pública das mulheres à invisibilidade. Embora as mulheres trabalhem efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar, somente são reconhecidas e valorizadas pelas atividades que realizam como esposa e mãe – não como produtora. Por outro lado, o poder sobre as decisões que afetam a família enquanto unidade de produção e também enquanto núcleo de convivência cabe aos homens, assim como a representação da família no mundo público. [...]Esse processo faz com que as contribuições das mulheres à construção da agroecologia, na maioria das vezes, não sejam reconhecidas, o que é agravado pelo fato de, em muitas das organizações que tratam desses temas, a presença feminina ser visivelmente minoritária. (SILIPRANDI, 2013, p. 332)

Os sistemas agroecológicos visam estabelecer agrossistemas que sejam o mais próximo possível aos naturais; ou seja, contrário ao sistema produtivo hegemônico da atualidade, pretende evitar a dependência por insumos externos como fertilizantes químicos e agrotóxicos para atingir uma alta produção e ter o controle de pragas e doenças. No entanto, por representar uma ruptura com o paradigma químico-mecanizado em voga, a Agroecologia é muitas vezes entendido como sinônimo de uma agricultura orgânica.

A diferença principal entre Agroecologia e produção orgânica está na complexidade que envolve a primeira. Enquanto a segunda é, eminentemente, uma prática agrícola, que envolve um conjunto de tecnologias e procedimentos para o

desenvolvimento da produção de alimentos saudáveis com fim empresarial que desconsidera o papel social que a produção de alimentos saudáveis deveria possuir segundo a Agroecologia – cabe ressaltar o papel primordial do capitalismo na regulação da produção agrícola, também aquela que é realizada de forma respeitosa com o meio ambiente.

A Agroecologia vincula a produção agrícola ao desenvolvimento social e econômico de maneira sustentável, isto é, conciliando as necessidades dos seres humanos e respeitando os limites ecológicos. Dominique Guhur e Nívia Regina da Silva (2021, p.59) resumem a complexidade auferida ao conceito de Agroecologia da seguinte forma:

A agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política. Pode apresentar uma abordagem restrita, como um campo de cultivo agrícola; considerar um agroecossistema mais complexo, como uma unidade de produção (estabelecimento rural, assentamento de reforma agrária) ou mesmo uma região; abarcar todo o sistema agroalimentar; ou convidar a repensar o metabolismo sociedade-natureza, como parte de um projeto societário.

3 O COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA: ECOFEMINISMO NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

3.1 O Contexto Histórico do MST/MA e sua Organicidade

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é reconhecido por suas ocupações de terras, manifestações, marchas e entre outras maneiras de protestar pelos direitos dos trabalhadores rurais e implementação da Reforma Agrária. Desde a sua fundação em 1984, realiza uma organização política com a finalidade de reestruturar o espaço rural, realizando uma democratização do acesso à terra, indo na contramão do modo de produção capitalista que move a sociedade. Ainda na década de 80, ocorreu o I Congresso Nacional do MST, realizado no Paraná, foi nesse evento que os integrantes do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural¹⁷ (CENTRU) formaram a delegação do Maranhão, contribuindo assim com a introdução do MST no estado. E em pouco tempo após o Congresso, em 1986, ambas as organizações atuaram juntas¹⁸ na ocupação da Fazenda Capoema, na cidade de Santa Luzia.

A estrutura orgânica do Movimento, já consolidada em nível nacional, sendo concretizada em nível estadual, a partir da década de 90, presente até na atualidade. E a cada Encontro Estadual, realizado no intervalo de dois anos, os responsáveis por compor a próxima Direção Estadual, que ocupará o biênio seguinte.

¹⁷ Era uma organização com função sindical, possuía influência, principalmente, entre as famílias trabalhadores rurais da região do Pindaré. Tem sua gênese na organização realizada por migrantes nordestinos vindos do Ceará e Piauí, fugindo da grande seca que assolou o sertão, no século XIX. Eles se instalaram na microrregião do Médio Mearim, ocupando terras livres mais produtivas que as que residiam anteriormente (BERNAT, 2017)

¹⁸ Apesar de terem atuado juntas nessa ocupação, elas são organizações distintas metodologicamente, enquanto a CENTRU, tinha como princípio dar suporte aos trabalhadores rurais e organizar eles e a luta pela terra em forma de sindicato. O MST, visava consolidar a luta pela terra através de ocupações e organização das famílias de sua base.

Tabela 1- Estrutura Organizativa do MST

Instâncias de Representação	Setores de Atividades
Congresso Nacional Encontro Nacional Coordenação Nacional Direção Nacional Encontro Estadual Coordenação Estadual Direção Estadual Coordenação Regional Coordenação de Assentamentos Coordenação de Acampamentos Núcleos de Base	Secretaria Nacional Secretarias Estaduais Secretarias Regionais Setor de Frente de Massa Setor de Formação Setor de Educação Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente Setor de Comunicação Setor de Finanças Setor de Projetos Setor de Direitos Humanos Setor de Saúde Setor de Gênero Coletivo de Relações Internacionais Coletivo de Cultura Coletivo de Mística
Organizações Convencionais ANCA- Associação Nacional de Cooperação Agrícola CONCRAB- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil Ltda ITERRA- Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária ENFF- Escola Nacional Florestan Fernandes	

Fonte: Fernandes (2010, p. 182)

Seguindo essa organização estrutural que, conseqüentemente, gera uma melhor logística no atendimento de demandas oriundas dos processos de ocupação, acampamentos ou na instalação de assentamentos, as instâncias de representação são de caráter político, de forma que uma instância fica responsável por eleger ou fazer indicação de membros para uma outra instância superior. Todo o processo se inicia pelos Núcleos de Base e segue de forma hierárquica. É dentro dos seus núcleos, coordenações e direções que o Movimento Sem Terra toma suas decisões diárias, enquanto nos Encontros

e Congressos¹⁹ são tomadas, de forma conjunta, decisões políticas que irão atender todas as demandas estruturais e conjunturais. É nesse momento em que os planejamentos são realizados, momentos de trocas, definição de datas e festas comemorativas e disseminação da cultura camponesa (FERNANDES, 2010).

Enquanto os Setores possuem um caráter administrativo e executivo que desenvolvem projetos para serem desenvolvidos em assentamentos e acampamentos. Estes Setores estão organizados por escalas, podendo integrar desde a escala local até as nacionais. Na tabela 1, Fernandes (2010) destaca os principais Coletivos e Setores, que integram a Nova Organicidade do Movimento, que segundo Giribet Bernat (2012, p.148)

Na nova forma de organização interna os Setores realizam uma tripla função: em primeiro lugar, um labor pedagógico ao conseguir um maior entendimento da própria organicidade por parte das bases Sem Terra; em segundo lugar, amplia a participação das famílias na toma de decisões; e, em terceiro lugar, reforça e caracteriza o papel dos próprios Setores.

Quanto aos Coletivos- a exemplo o de Relações Internacionais, Cultura e o de Mística- e organizações convencionais- como as associações e cooperativas-são atravessados pelas estruturas organizativas do Movimento. A composição dessas organizações é feita por integrantes de diversos Setores e instâncias do MST.

3.1.1. Organicidade do MST no Maranhão

Na década de 90, o processo de territorialização do Movimento Sem Terra no Maranhão resultou na organização em seis grandes regionais: a Tocantina, de Açailândia, de Pindaré, do Mearim, do Médio Mearim e a de Itapecuru. Nos anos seguintes a sua territorialização, o trabalho foi árduo para que o MST alcançasse a projeção que tem hoje. Ele passou a representar uma ferramenta para alcançar uma “alforria” na relação de submissão que era mantida com os latifundiários, a mesma relação que se perpetuou por séculos ao longo do período da colonização. Existia antes da conquista da terra, a cobrança de foro²⁰, prática muito comum no interior do estado, para além dessa cobrança, os supostos proprietários das terras regulavam através de regras o comércio da região, definindo os valores e de que forma os camponeses deveriam repassar a produção restante (BERNAT, 2017). Nesse contexto,

¹⁹ Os Encontros Regionais, Estaduais e Locais acontecem anualmente, contudo os Encontros Nacionais são realizados a cada dois anos, e por último, os Congressos Nacionais são realizados a cada cinco anos.

²⁰ Apesar de comumente ocorrer, a sua prática é exploratória, visto que o camponês deveria entregar parte da sua produção ou a sua mão de obra para que em troca eles pudessem utilizar a terra do latifundiário

Em meio a esse cenário de exploração, trabalhadores passaram a se organizar para reivindicar seu direito ao uso da terra, assim o MST adquiriu notoriedade nos processos de ocupação em diferentes pontos do território maranhense. [...] (SILVA, 2019)

No Maranhão, o MST segue a mesma proposta de estrutura organizativa do nível nacional. No momento atual, estão vinculados ao MST/MA, cerca de “[...] setenta áreas entre acampamentos e assentamento [...], com diversos graus de intensidade na organicidade, 14 deles compõem a Regional de Itapecuru” (BERNAT, 2017).

3.2 O Assentamento Cristina Alves e o Coletivo de Mulheres *Arte É Vida*

Dentro das duas dezenas de assentamentos do MST ligados à Regional Itapecuru, o Assentamento Cristina Alves (localizado no município de Itapecuru-Mirim) é um dos principais quando o assunto é inclusão de novos membros, além de ser a mais nova regional do estado, fazem parte da Regional de Itapecuru os municípios de Itapecuru-Mirim, Presidente Vargas, Nina Rodrigues, Vargem Grande, Chapadinha, Duque Bacelar e Coelho Neto. Ele é resultado de um extenso processo de luta pela terra, apresenta uma particularidade quando comparado as outras áreas da mesma Regional, pois é a única em que as famílias não possuíam uma ligação anterior a terra em disputa, até o processo de ocupação. O Assentamento está conformado por duas agrovilas, com históricos de luta diferentes, mas ambos duradouros e conflituosos: a Vila Cabanagem e a Vila 17 de Abril. O primeiro inicia em 2001, enquanto o segundo em 2005 e, logo depois, em 2007, agrupam-se formulando o atual Assentamento Cristina Alves.

Em síntese, a fundação de ambas agrovilas seguiu a seguinte linha: a Vila Cabanagem se formou após uma sequência de tentativas de ocupação de terra fracassadas. Enquanto a Vila 17 de Abril, está conformada por famílias oriundas do município de Itapecuru-Mirim, que também vivenciaram diversas tentativas frustradas de ocupação, inclusive na área onde hoje se encontra o Assentamento Cristina Alves, com intuito de acelerar o processo de vistoria pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que sofria pressão por parte dos proprietários e seus capatazes. Apesar de toda a tensão, em março de 2007 foi expedido a ordem de desapropriação, transformando a área de litígio em assentamento de Reforma Agrária.

Nesse contexto, o Assentamento Cristina Alves é resultado de um intenso, complexo e continuado processo de luta dos trabalhadores Sem Terra que contribuiu para esclarecer sobre os direitos que esses indivíduos tem como cidadãos e trabalhadores do

campo. Foi a partir dos dois processos de luta citados anteriormente que o Assentamento se consolidou, iniciando-se assim a criação e organização das duas agrovilas. Neste processo, um dos primeiros passos foi escolher um nome da área reformada que fez homenagem a Cristina Alves, participante ativa do processo de luta que, em período de acampamento contraiu uma Hepatite C e por ausência de uma assistência adequada faleceu.

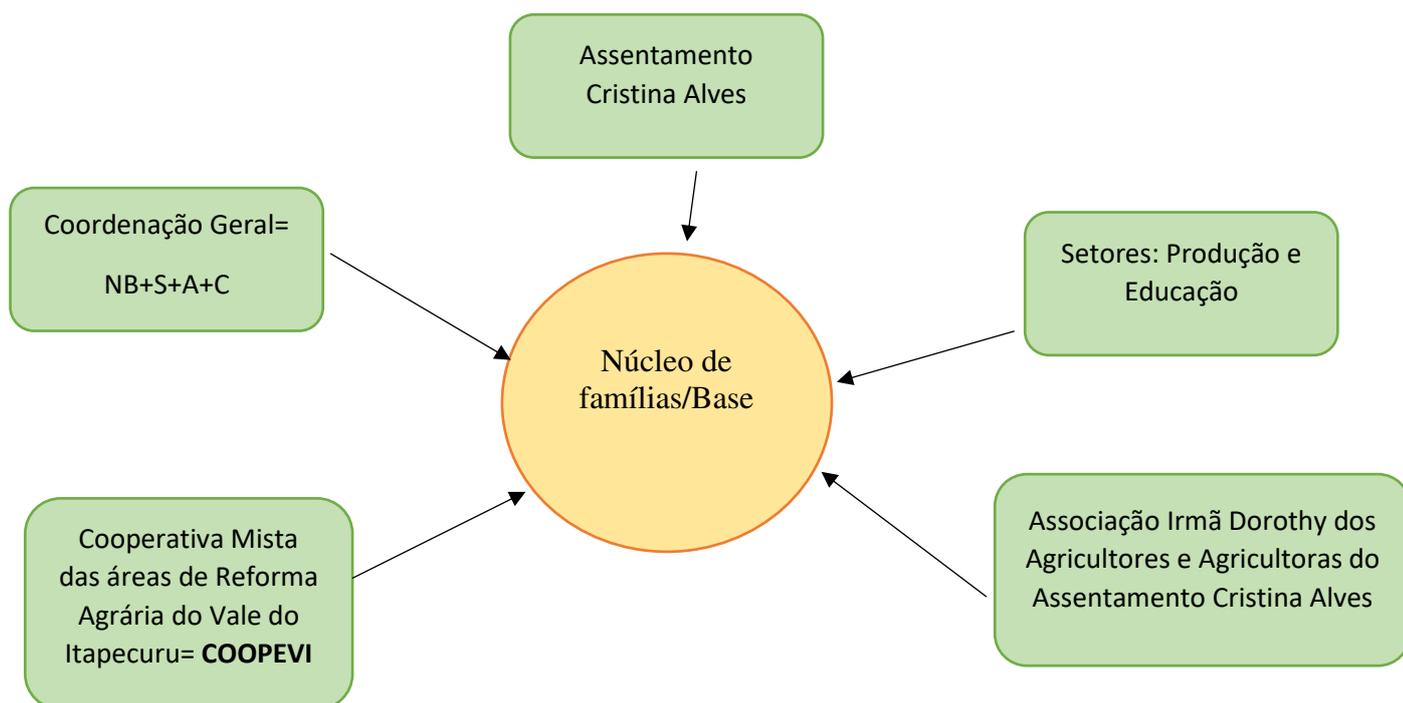
Atualmente, o Assentamento possui 91 famílias assentadas²¹ e 20 agregadas²². A estrutura organizacional é composta pelos núcleos familiares, coordenação do assentamento, associação- Associação Irmã Dorothy dos Agricultores e Agricultoras- e cooperativa- Cooperativa Mista das áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru (COOPEVI). As famílias produzem arroz, feijão, mandioca e milho; hortaliças e criam animais como porcos, gado, bodes e aves. Além disso, também produzem artesanato e polpas de frutas tanto nos quintais produtivos como no Sistema Agroflorestal (C) presente no Assentamento. Importante destacar que a participação das mulheres está presente em todo processo de organização da produção e comercialização.

Segundo o gráfico de MONTELO (2017), conforme a definição das famílias durante o seminário de organicidade a estrutura organizativa e política tanto da Vila 17 de Abril, como o todo do assentamento ficou definida da seguinte forma

²¹ Aquelas reconhecidas e cadastradas pelo INCRA.

²² Aquelas que não são reconhecidas pelo INCRA e não tem direito a terra.

Figura 2: Estrutura Organizativa do Assentamento



Fonte: MONTELO (2017)

Em resumo, as funções de cada estrutura organizativa são: do Núcleo de Base é a célula gênese dos assentamentos e acampamentos estruturados pelo MST, “compostas por 07 ou 10 famílias, tornando-se um espaço de debate, socialização e de participação nas tomadas de decisões do nosso movimento” (MONTELO, p.24, 2017). Cada núcleo tem dois coordenadores, respeitando a equidade de gênero e senso coletivo proposto pela cartilha do Setor Nacional de Gênero de 2003. Enquanto os Setores, traçam metas a serem alcançadas, é composto por uma pessoa de cada núcleo, “além de discutir as tarefas específica, sem perder a dimensão do todo da organização e a importância da unidade na realização das ações”, (MONTELO, p.24, 2017).

Os Núcleos de Base (NB) são as instâncias básicas que estruturam o Assentamento, nos quais são discutidas questões externas e internas que rodeiam tanto o Assentamento (da perspectiva local) quanto o Movimento no contexto nacional. No Cristina Alves, existem os seguintes núcleos divididos de forma igualitária entre as agrovilas.

Tabela 2: Nome dos Núcleos de Famílias do PA Cristina Alves, por Agrovila

Vila Cabanagem	Vila 17 de Abril
NB Unidos Venceremos	NB Guerreiros da Terra
NB Guerreiros da Terra	NB Filhos da Resistência
NB Oziel	NB Antônio Conselheiro
NB Paulo Freire	NB Olga Benário

Fonte: MEDINA (2014)

Com a carência no funcionamento dessa célula (NB), o Assentamento Cristina Alves, sofre com a ausência de avanços. Encontra problemas na tomada de decisões, no processo de formação e reafirmação da mística, causando desconhecimento a respeito da funcionalidade de cada instância e para além disso

O trabalho coletivo é realizado com objetivo de resolver assuntos práticos como construção de estruturas (produção, escola, igreja), limpar a estrada, campo de futebol entre outras. Esse trabalho se coordena através dos Núcleos. O funcionamento inadequado resulta na demora do trabalho ou na sensação de desconforto e inconformidade frente à não participação. (MEDINA, p.57, 2014)

A Coordenação Geral segue a paridade de gênero, um representante do Setor, juntamente com a diretoria da Associação e da Cooperativa. São responsáveis por coordenar e encaminhar decisões de outras instâncias como os Núcleos, Setores, Associação e Cooperativa. Como afirma Montelo (2017), a coordenação deve estar “preparada para coordenar as reuniões, ter o cuidado de encaminhar as decisões das famílias respeitando as opiniões trazia pelas discussões realizados por cada instancias, está sempre atenda e ouvir sempre com muita atenção as propostas vindas da base”. Por fim, a Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru (COOPEVI), surgiu

A partir da necessidade das famílias assentadas em organizar e comercializar a sua produção, durante o seu processo de construção foram realizados juntos as famílias vários eventos como: mobilização, sensibilização, reuniões, seminários e estudos sobre os seguintes temas: cooperativismo, associativismo, autogestão, economia solidária, políticas públicas e agricultura familiar, enfatizando a importância da mesma como um instrumento de fortalecimento da produção e agregação de valor aos produtos do Assentamento. (MONTELO, p.25, 2017)

Enquanto a Associação é “uma entidade jurídica sem fins lucrativos, e responsável para apresentar e executar projetos, além de administrar todo o patrimônio adquirida pelos seus associados, e representá-lo perante aos demais instituições jurídicas e responder

quando for necessária” (MONTELO, p.25, 2017). Ainda em uma perspectiva estrutural, o Assentamento possui em atividade e bem organizado, atualmente, o Coletivo de Mulheres, o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, o Setor de Educação e a Coordenação Geral.

Atualmente os setores articulados e presente na vila são apenas dois: Educação e Produção. O setor de Educação tem a responsabilidade de pensar o papel político pedagógico da educação e da escola, e de contribuir na formação dos assentados e assentadas. Este acompanha a escola, pensa as ações de formação das crianças, juventude, mulheres; O setor de produção, Cooperação e Meio Ambiente é responsável por contribuir na organização da produção na vila, no sentido de estimular o trabalho coletivo da produção, da industrialização e da comercialização. Também é responsável por orientar a produção de alimentos agroecológico, e de debater com as famílias a melhor forma de produzir preservando o meio ambiente. (MONTELO, p.25, 2017)

Enquanto os demais existem dentro do Assentamento, mas a comunidade encontra dificuldades para colocá-los em funcionamento.

Dentro das perspectivas legais, conforme ressaltado por diversos estudiosos da problemática, pelo Diário Oficial da União (DOU,2014)²³ e o INCRA (2014), a necessidade de implementação de condições necessárias e salubres para as famílias envolvidas no processo de luta pela terra, visto que Reforma Agrária não é apenas a distribuição de terra, deve também promover o bem estar dos envolvidos, incentivos para que eles possam além de viver, produzir e preservar costumes, cultura e técnicas.

Mas, na realidade, esses benefícios não são obtidos facilmente, enquanto se estabelece oficialmente um assentamento, as famílias devem começar um processo de luta e organização para receber os benefícios a que tem direito: cesta básica, apoios iniciais, fomentos e créditos. (MEDINA, p.54, 2014)

O caso do Assentamento Cristina Alves não foi diferente, mas com o auxílio da Associação Irmã Dorothy dos Agricultores e Agricultoras²⁴ casas de alvenaria foram construídas e apesar das dificuldades, todas compartilham de uma qualidade notável frente a alcançada por outros assentamentos. Quanto a energia elétrica, apesar da curta espera, não demorou a chegar para todos os assentados, sendo fruto de manifestações dos integrantes

²³ DECRETO Nº 8.256, DE 26 DE MAIO DE 2014 - Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.

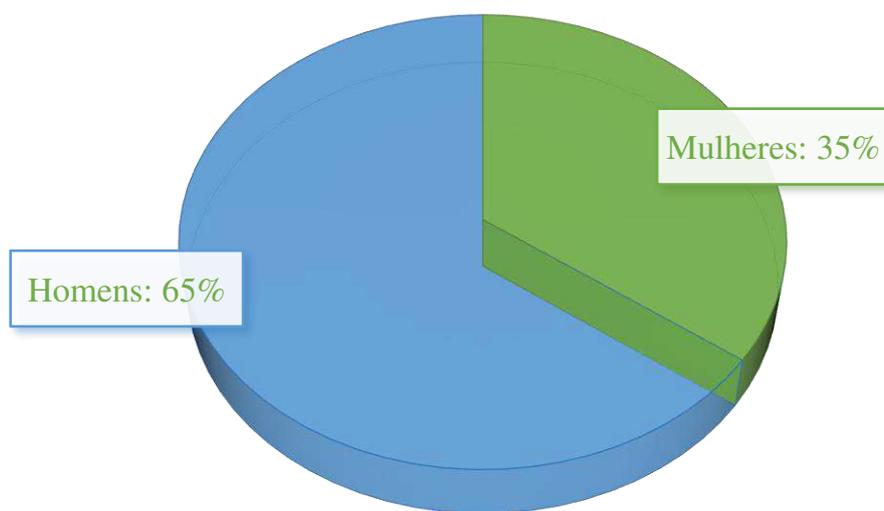
²⁴ Com CNPJ: 09192661/0001-30 foi fundada no ano de 2007, no mesmo momento da criação do Assentamento (MEDINA, 2014)

do Assentamento e do próprio Movimento, chegando através do programa Luz para Todos²⁵. No âmbito da saúde e da água, existem algumas demandas que não atingem apenas o meio rural, mas o Estado de modo geral.

3.2.1. A distribuição das terras na microrregião de Itapecuru-Mirim

Uma outra questão que pode se perceber, a partir da sua localização, é a desigualdade presente na distribuição das terras, na microrregião de Itapecuru-Mirim, segundo o último Censo agropecuário, realizado em 2017, mostra o quantitativo de estabelecimentos agropecuários com produtor concessionário ou assentado sem titulação definitiva (forma de obtenção da terra) participante da agricultura familiar em um comparativo por sexo

Figura 3: Concessão de Direito Real de Uso²⁶(licença de ocupação) na microrregião de Itapecuru-Mirim



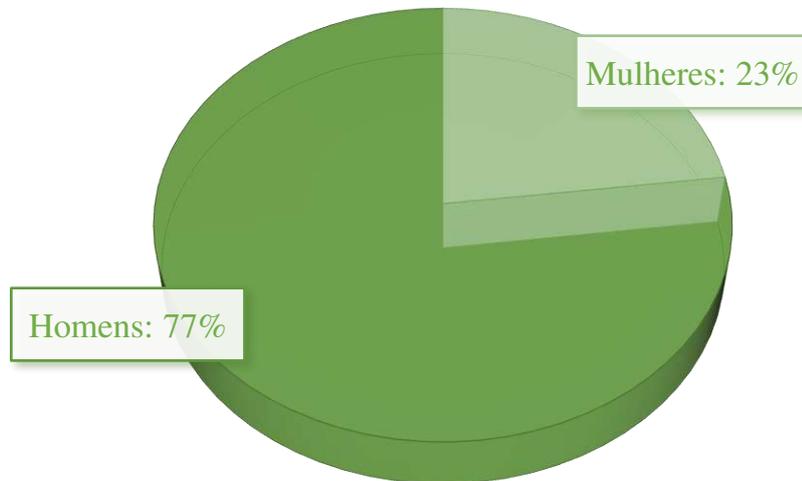
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Censo Agropecuário (2017)

²⁵ Programa criado através do Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011, tem como objetivo a eletrificação e baixas tarifas para comunidades distantes no meio rural e que não possuem acesso. É uma das poucas medidas de políticas públicas que ainda funcionam no país.

²⁶ Segundo o Decreto-Lei 271/1967 "contrato ou compromisso irrevogável e irrevogável de constituição de direito real sobre o imóvel, na forma de cessão de uso, concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, aforamento ou direito de superfície"

Figura 4: Titulação ou Licença de Ocupação por Reforma Agrária no Município de Itapecuru-Mirim



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Censo Agropecuário (2017)

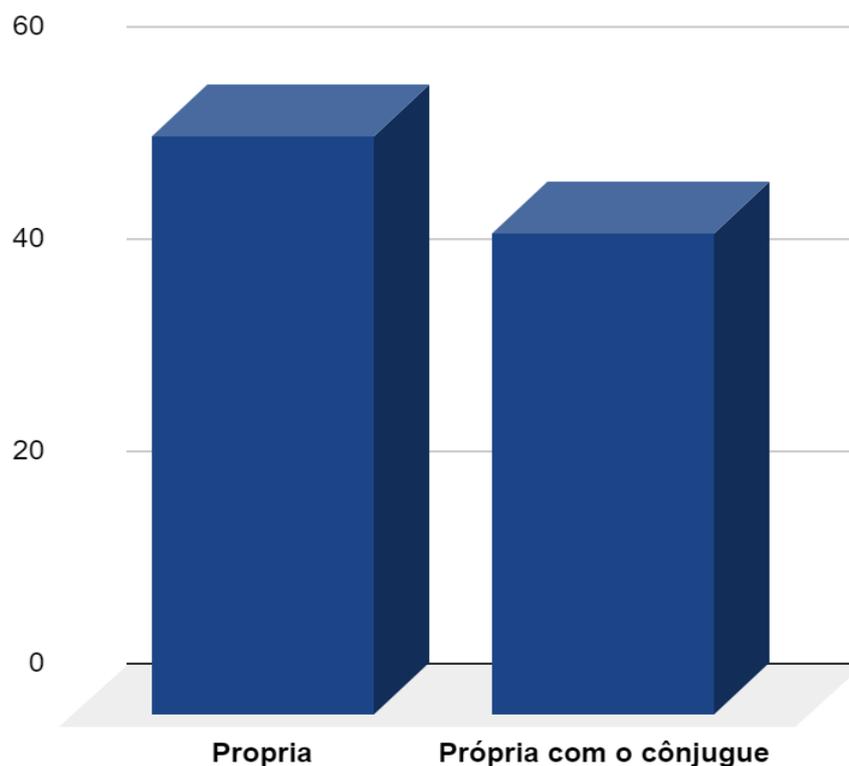
Percebe-se que o quantitativo feminino que possuem a concessão de uso da terra²⁷ [Figura 3] e/ou o número das que possuem a licença de ocupação através da Reforma Agrária [Figura 4], quando comparado ao quantitativo de licença pertencente ao sexo masculino, existe uma grande desigualdade. Essa situação pode ser uma representação do que Barbosa e Lerrer (2016) consideram que no “âmbito da reforma agrária, toda forma de acesso à terra que interessa a esse trabalho, os homens são os principais beneficiados[...]supõe-se que o Estado estaria contemplando todas as pessoas da família sob o princípio de generalidade do papel do homem”. Em outros casos, a forma que está dando direito a posse de terra, não exclusivamente, mas com inclusão do homem, é a titularização conjunta, ela representa uma forma mais rápida de obtenção da posse territorial.

Partindo dessa perspectiva, pode-se abrir uma discussão sobre como essa situação não se reflete na realidade do Coletivo de Mulheres “Arte é Vida” do Assentamento Cristina

²⁷ Existe uma diferença entre a concessão de uso da terra e a titulação para a ocupação. A primeira trata-se de um contrato realizado entre instituições públicas e particular (entende-se também os contratos individuais), dando utilidade ao bem público de maneira privada e com um fim específico, podendo ser permanente, por tempo estabelecido ou indeterminado, assim como pode vir a ser gratuito ou em trocas de benefícios. Enquanto ocorre na titulação a transferência definitiva dos lotes após a verificação de todos os requisitos documental e de comprovação dos assentados de condições suficientes para cultivar e produzir na terra.

Alves, o qual as suas integrantes²⁸ possuem em sua maioria a concessão individual do uso de terra, representando aproximadamente 55% dos contratos, enquanto os outros 45% são mulheres que dividem a titularidade com o seu cônjuge.

Figura 5: Distribuição da Concessão de Uso da Terra no Coletivo de Mulheres “Arte É Vida”



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

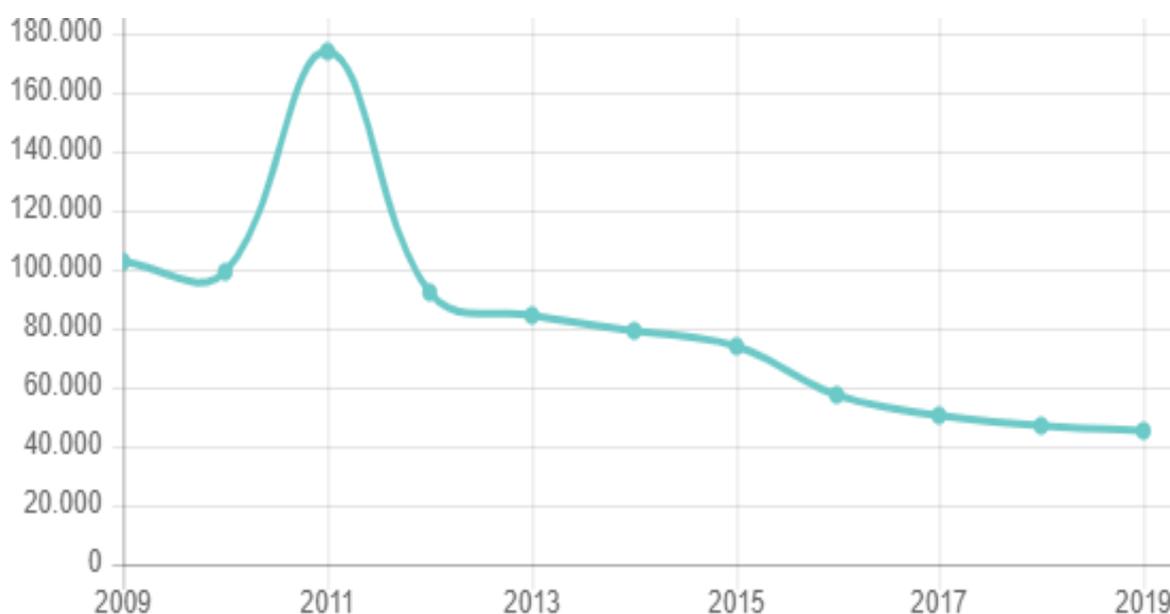
O Assentamento Cristina Alves possui mais de uma década de história, sendo exemplo de que Reforma Agrária em conjunto com outras políticas públicas, pode ser muito vantajoso. Além do sucesso com a diversidade na produção a partir do sistema de transição agroecológica, existe o destaque do protagonismo das mulheres em todas as instâncias no Assentamento. Existindo sempre a necessidade de manter uma equidade de gênero e que

²⁸ Informações retiradas após a aplicação de questionário com as mulheres que integram o Coletivo.

essa seja a realidade dentro do Assentamento. Existem algumas vertentes econômicas dentro do Coletivo de Mulheres²⁹.

Por ser em uma área com muitas palmeiras, as mulheres tem no extrativismo do coco babaçu uma das suas principais atividade econômica. Como mostra o gráfico a seguir os índices da produção da amêndoa no Estado, apesar da queda que nos últimos vem afetando a produção

Figura 6: Produção da Amêndoa do Babaçu no Maranhão



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Do coco elas retiraram o mesocarpo, que usam essa parte para fazer biscoitos; das amêndoas extraem o azeite e da casca, devidamente preparada, conseguem produzir o carvão, utilizando assim o fruto em sua totalidade. Além das mulheres também produzem licores de frutas que são populares, principalmente na capital São Luís, existe a realização de algumas ações do Coletivo para a distribuição de cestas de alimentos no Armazém do Campo ou para participar com programas do governo federal, e especialmente, em comunidades do Estado³⁰. Outra importante atividade realizada pelas mulheres do Coletivo

²⁹ Atentar-se que o Coletivo inclui não só as mulheres, mas jovens e homens, contudo nesse trabalho elas são as grandes protagonistas.

³⁰ São exemplos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

é a produção de mudas de árvores frutíferas, além de outras plantas nativas. O Assentamento Cristina Alves juntou-se aos grandes produtores de mudas para prestar serviços de distribuição para outros espaços de cidades, como São Luís.

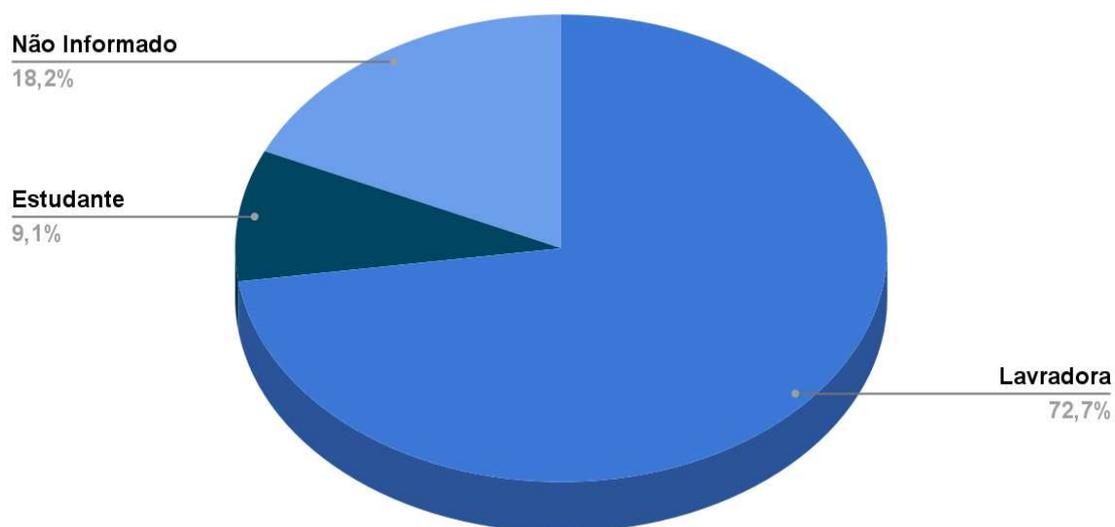
3.3 Perspectivas Ecofeministas nas Agroecológicas do Coletivo de Mulheres *Arte É Vida*

A fim de compreender como a organização das mulheres assumindo um lugar de protagonista no processo de luta pela/ na terra e na implantação de uma transição agroecológica efetiva no Assentamento, foi realizado um questionário onde as integrantes responderam de acordo com a sua concepção, gerando dados de grande relevância para a pesquisa. Pode-se dividir essa análise a partir de três perspectivas: através da renda, da participação no Coletivo e a relação das mulheres para com o meio ambiente e a compreensão dos seus direitos.

3.3.1 Renda

A partir das informações fornecidas, cerca de 72,7% das mulheres se autointitulam lavradoras (Figura 7: Ocupação das mulheres no Coletivo “Arte é Vida”), desempenhando múltiplas funções dentro do Assentamento que, em muitos casos, se envolve paralelamente com as atividades desenvolvidas no Coletivo.

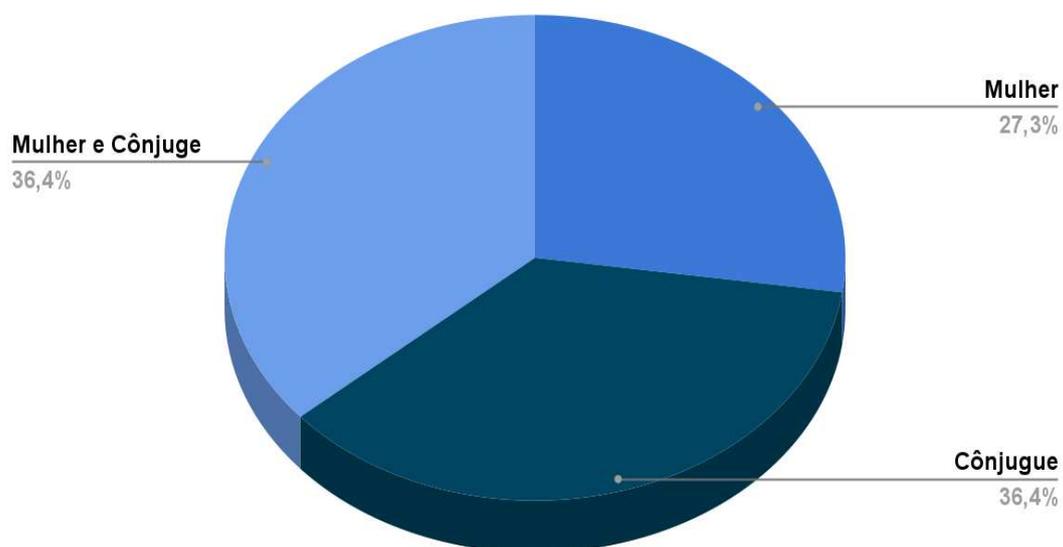
Figura 7: Profissão autodeclarada pelas mulheres no Coletivo “Arte É Vida”



Fonte: Autoria própria (2022)

Com as atividades executadas e produtos vendidos por elas, independentes da área da ocupação das entrevistadas, representado cerca 36,4% das mulheres, apesar de não ser a única contribuinte na renda familiar (Figura 8: Responsável pela renda da família), as mulheres se tornaram parte essencial na participação financeira da casa, em muitos casos, dividindo a renda de forma igualitária com o cônjuge,

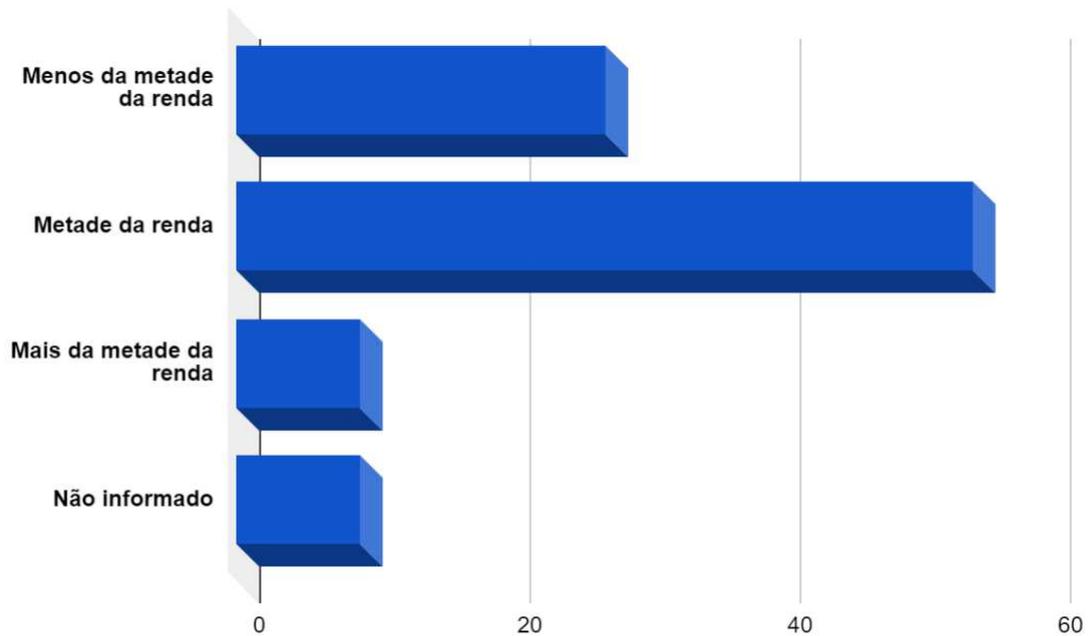
Figura 8: Responsável pela renda da família



Fonte: Autoria própria (2022)

Da renda familiar, a maioria das mulheres que integram o Coletivo, contribuem com cerca de metade da renda familiar (Figura 9: Participação na renda da integrante do Coletivo). Evidenciando que as atividades e trabalhos exercidos por elas, surtiram alguma diferença ao proporcionar uma remuneração aos trabalhos realizados, retirando-as do trabalho doméstico exclusivo.

Figura 9: Participação na renda familiar da integrante do Coletivo



Fonte: Autoria própria (2022)

3.3.2 A participação das mulheres no Coletivo

A maioria das integrantes participam do Coletivo de Mulheres “Arte é Vida” desde a sua criação. Os motivos que levaram elas a participar do Coletivo em ordem de prioridade foram: 1) melhorar a renda da família, 2) melhorar a alimentação familiar, 3) aprimorar o trabalho que realizava, 4) ter mais participação na comunidade, 5) compartilhar experiências, 6) por lazer, 7) possuir uma renda própria e 8) aprender uma nova profissão. Elas investem em média mais de três horas por dia nas atividades do Coletivo, realizando diversas tarefas como mostra a tabela 3, segundo a análise dada por elas no questionário, a seguir

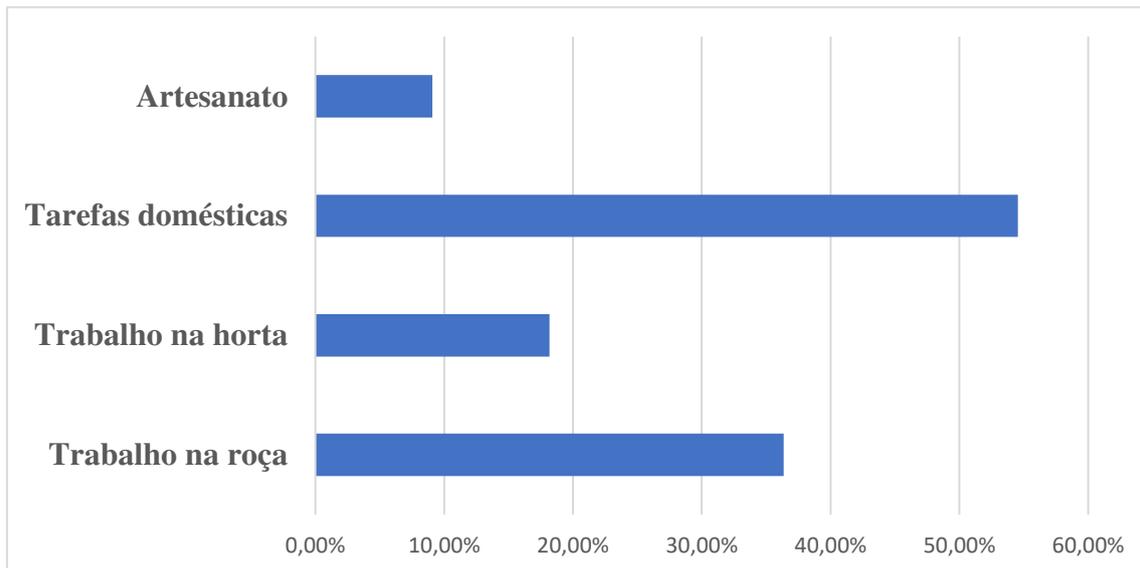
Tabela 3: Atividades realizadas pelas mulheres no Coletivo

CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO PORTE (PORCOS, PEIXES E GALINHAS)
HORTA (HORTICULTURA)
BISCOITOS E MESOCARPO TRABALHOS COM A MATÉRIA PRIMA DO BABAÇU
PRODUÇÃO DE POLPAS

Fonte: Autoria própria (2022)

O trabalho realizado no Coletivo, bem como a produção de alimentos orgânicos, gerou uma melhoria na economia familiar, introduzindo além das mulheres, seus cônjuges, filhos e todo o seio familiar. Muitas das integrantes, antes de participar do Coletivo, realizavam principalmente trabalhos domésticos e na roça

Figura 10: Atividades realizadas pelas mulheres antes do Coletivo



Fonte: Autoria própria (2022)

Para além de todas as atividades exercidas pelas mulheres do Coletivo, muitas delas realizam trabalhos fora desse âmbito, como uma forma de subsistência e aumentar a renda familiar- visto que, a maioria afirmou que residiam mais de 4 pessoas na

residência- como a plantação de arroz, feijão, milho, abóbora, quiabo e maxixe investem tempo com o cultivo de hortaliças, aproveitando o quintal de casa para a horticultura.

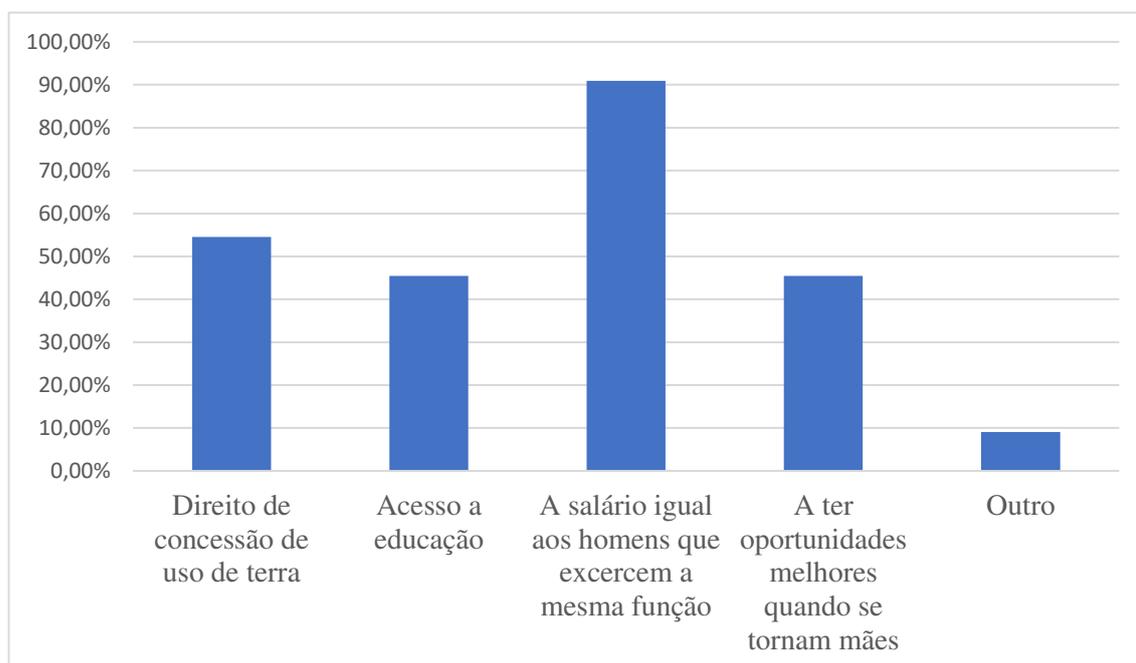
3.3.3 A relação das mulheres para com o meio ambiente e a compreensão dos seus direitos

Quanto a relação das mulheres com o meio ambiente, existe uma unanimidade quanto a sua importância, bem como a existência de um consenso em contraponto ao agronegócio, o qual todas consideram um processo retrógrado de destruição do meio natural. Nos problemas citados por elas, em ordem de frequência, foram o 1) desmatamento das matas nativas, 2) envenenamento ocasionado por agrotóxicos e 3) poluição dos rios

Quando perguntadas se já haviam sido vítimas de algum tipo de discriminação seja ela por conta da cor da pele (racismo), por ser mulher (machismo/misoginia), por causa da orientação sexual (homofobia), por conta da religião e por residir/morar no contexto rural, a sua maioria respondeu que já sofreram preconceito por serem mulher ou pelo lugar que residem, ou seja, um reflexo dos problemas vividos na sociedade.

Ao serem questionadas sobre a identificação delas com a luta das mulheres por igualdade nos direitos de ocupar os mesmos lugares que os homens e quais direitos elas consideram importantes para alcançar essa equidade nos quais foram colocadas as opções 1) direito de concessão de uso da terra 2) acesso à educação 3) a salário igual aos homens que exercem a mesma função e a 4) terem oportunidades melhores após a maternidade, resultou no seguinte alcance

Figura 11: Compreensão dos direitos pelas mulheres do Coletivo



Fonte: Autoria própria (2022)

CONCLUSÃO

Com o auxílio da bibliografia, proposta pelo Plano de trabalho, podemos fazer algumas considerações acerca do que foi realizado na pesquisa, percebendo a importância da figura feminina, das mulheres, no Movimento Sem Terra, em um cenário nacional. A compreensão da influência e da total importância que a mulher tem dentro da dinâmica do Movimento. Lembrando que a pesquisa se volta ao MST, o maior dos Movimentos de luta pela terra do Brasil e o seu funcionamento dentro do estado do Maranhão.

Cabe destacar que as mulheres brasileiras estão cada vez mais “engajadas nas lutas em defesa da natureza no contexto brasileiro e em muitos territórios no mundo” (ROSENDO; KUHNEN, 2019). Um dos maiores exemplos do Ecofeminismo no país é a Marcha das Margaridas, um movimento socioambiental unificado de mulheres do campo de todo o Brasil, que recebe apoio de diferentes organizações da sociedade civil, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), além das “[...] lutas das ativas mulheres de Altamira e região contra a privatização e barragem do Rio Xingu em Belo Monte, contra a privatização da água na cidade de Manaus, no coração da Amazônia, pelo livre acesso aos babaçuais [...]” (RODRIGUEZ, 2013, p. 42).

O intenso protagonismo associado a participação social das mulheres camponesas, fez surgir novos princípios no Brasil, próximos do Ecofeminismo. Com a criação do Setor de Gênero do MST, diretrizes políticas em pro da igualdade foram estabelecidas com onde a equidade na titularidade do lote de Reforma Agrária, nas instâncias políticas de base e coordenação e nos cursos de formação. Além disso, ao longo da sua consolidação dentro do Movimento, os vínculos estreitos do MST com a Via Campesina e o Feminismo Camponês Popular que marcaram “uma política de gênero e classe a partir da realidade das mulheres do campo” (NAHRA, 2019).

A compreensão acerca da estrutura do Movimento, a importância dos processos de luta, da origem de tudo, das suas instâncias, consequências da série de leituras realizadas, auxilia no entendimento da complexa organização interna que o MST possui e como isso reflete na sua dinâmica em cada estrutura estadual. Entender que, apesar de ser um movimento de luta pela terra, um movimento com interesses sociais, dentro da sua dinâmica existe uma forte luta interna contra a pouca valorização das mulheres “companheiras de luta”, principalmente, dentro dos assentamentos, onde as funções das mesmas, se tornam majoritariamente fins domésticos.

Ao longo dos conflitos rurais, em busca da posse de terra, as mulheres são vítimas de várias formas de violência e, em muitos casos, o castigo que sofrem é semelhante ao dos homens ou até mais grave do que os ferimentos físicos. Sofrem torturas, agressões físicas, mortes, sequestros, abortos forçados e outros mártires por abusos. Nas várias tensões que o sertão maranhense enfrenta, a violência sexual é mais triste realidade para as mulheres.

As mulheres trabalhadoras rurais fizeram com que suas mobilizações servissem para a reflexão dessas (e de outras que fossem atingidas) sobre o seu papel na vida doméstica e dentro do movimento. Abrindo questionamentos sobre a divisão sexual do trabalho, ou seja, como as mulheres, no assentamento, ficavam diretamente responsáveis pelo lado doméstico, enquanto os homens assumiam outras atividades mais vinculadas a organicidade do movimento. Era pensado que a mobilização, por parte dessas mulheres, moradoras das zonas rurais, seria muito complicada, uma vez que ela representaria a reprodução do modo de vida e valores patriarcais bastante dominante na sociedade rural, no Brasil. A figura masculina e sua autoridade transpassava o ambiente doméstico.

Em 2003, após uma série de reivindicações foi criado o setor de gênero do MST, tratando essas questões tão necessárias para um movimento mais homogêneo, mas com certos defeitos a serem corrigidos internamente. Tendo em vista essa situação e com o auxílio da pesquisa bibliográfica, notamos a importância das mulheres, no processo de luta pela terra e após a conquista, mediante a busca de direitos e uma ação participativas delas no movimento agroecológico.

Mediante ao exposto, foi possível compreender o Coletivo de Mulheres do Assentamento Cristina Alves e a defesa do grupo é tornar cada mulher independente, principalmente financeiramente, e elas possam viver integralmente desse trabalho. Já existem mulheres dentro do Coletivo ganhando um salário mínimo. O objetivo é permitir que todos extraiam valor dessa atividade sem ter que vender seu trabalho para terceiros. Elas realizam desde a venda de mudas, produção de licores, fabricação de biscoitos de mesocarpo, além da distribuição de cestas com produtos fruto da produção do Coletivo.

Levando em consideração a discussão sobre o conceito e abordagens do Ecofeminismo, o Coletivo de Mulheres, abre-se um espaço para o questionamento, afinal, o Setor de Gênero do MST e os grupos de mulheres Sem Terra que emergem Brasil afora podem ser consideradas como formas de Ecofeminismo? Entendemos que a resposta para

esse questionamento deve ser positiva, visto que nas instancias do MST tem se trabalhado um feminismo de caráter camponês, vinculando este com ações agroecológicas.

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID BRASIL. GT Mulheres da ANA. **Mulheres e agroecologia: Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Provisual, 2010. 147 p. v. 1.
- ALMEIDA, Élcio Cruz de; SARDAGNA, Crysthian Drummond. O reformismo agrário nos países democráticos. **Revista de informação legislativa**, [s. l.], v. 39, n. 154, p. 229-235, 2002.
- ALTMANN, Walter. Teologia da libertação. **Estudos teológicos**, v. 19, n. 1, p. 27-35, 1979.
- ALTIERI, Miguel A. *et al.* **AGROECOLOGIA: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. 1. ed. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999. 325 p. v. 1.
- AMARAL, Maísa Maria Baptista Prates do. Questão de gêneros e MST: Os Coletivos de auto-organização das mulheres no Espírito Santo. **MST - Superexploração**, Vitória, p. 1 - 156, 2018.
- ARAÚJO, Nakita de. A MULHER NA FORMA AGRÁRIA: um estudo sobre as contribuições do Curso de Especialização em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial para a atuação de mulheres assentadas rurais do Rio Grande do Norte. **Reforma Agrária**, Natal, p. 1 - 66, 2016.
- BARBOSA, Maria L. D. A.; LERRER, Débora F. O Gênero da Posse da Terra: um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 04, n. 08, 2016.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **O mundo rural e os conflitos agrários no Maranhão: entre histórias e memórias**. In: BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. 1. ed. São Luís: CRV/EDUFMA, 2019. cap. 3, p. 145-201.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Organização política, redes de sociabilidade e gênero entre quebradeiras de coco**. In: BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. 1. ed. São Luís: CRV/EDUFMA, 2019. cap. 4, p. 203-259.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 283-302.
- BERNAT, Isaac Giribet. **A Regional Itapecuru do MST**. In: BERNAT, Isaac Giribet. FERREIRA, Marcia Milena Galdez. SOUZA, Wendell Emmanuel Brito de. *Maranhão: campo e cidade (século XX - XXI)*. Editora Uema: São Luís, 2019. P. 215-251.
- BERNAT, Isaac Giribet. **O COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES – MST: organicidade política para uma produção de alimentos sem agrotóxicos**. São Luís: 2019.

BERNAT, Isaac Giribet. *MST NA REGIONAL ITAPECURU: Uma história da luta pela terra no Maranhão*. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 2017.

BERNAT, I. G. Um novo jeito de organizar. A nova organicidade em/do Movimento; luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende –MST (Paraná/Brasil). 2012. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Universitat de Lleida, Espanha.

BORSATTO, Ricardo Serra; ALTIERI, Miguel A; DUVAL, Henrique Carmona; PEREZ-CASSARINO, Julian. DESAFIOS DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS PARA PROMOVER A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA. *Agroecologia*, Campina Grande, p. 100 - 110, 6 mar. 2019.

BRASIL, Leisa. *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*. 1. ed. Rio de Janeiro: AS.PTA, 2009. 52 p. v. 6.

BRUMER, Anita & ANJOS, Gabriele dos. *Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão*. In: LOPES, Adriana & BUTTO, Andrea. (orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária. A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

BRUNO, Regina et al. **Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. P. 217-236.

BRUNETTO, Atiliana; FREITAS, Lucineia. **Se a mulher participar a gente vai massificar! Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, Página do MST, p. Única, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/01/22/se-a-mulher-participar-a-gente-vai-massificar/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. A Teologia ecofeminista e sua perspectiva simbólico/cultural. *Hoizonte*, Belo Horizonte, v. 10, n. 38, p. 1395-1413, 2012

CARDOSO, Elisabeth. **“Se não reconhece o papel e o trabalho das mulheres, então não é agroecologia”**. Entrevista concedida a Raquel Torres. *Outra Saúde, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)*. 2019.

CARMO, Jhader Cerqueira do; PIRES, Mônica de Moura; JÚNIOR, Guilhares de Jesus; CAVALVANTE, Aniram Lins; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo: Ecofeminismo. *Estudos Teológicos*, Florianópolis, p. 155 - 180, 2016.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Lutas pela terra e relações de poder**. In: CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *Terra, trabalho e poder: Conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2013. cap. 2, p. 63-87.

CARTER, Miguel. *Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil*. In CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, 27-71.

CARTER, Miguel & CARVALHO, Horácio Martins de. **A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST**. In CARTER, Miguel

(org.). *Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil*. SP: Editora UNESP, 2010. Págs. 287-330.

COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST. *A questão da mulher e o MST*. São Paulo: MST, 1996.

COSTA, Wagner Cabral da. *O ROSTO RURAL DA IGREJA: A Atuação da CPT no Maranhão 1976/1981*. CPT, São Luís, p. 1 - 59, 1994.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. *A Questão Agrária no Brasil, 1950 - 2003. Questão Agrária*, [s. l.], p. 1 - 40, 29 maio 2021.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**. In: CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010. cap. 2, p. 79-112.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. 1. ed. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017. 474 p.

DEERE, Carmen Diana. OS DIREITOS DA MULHER A TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA. **Reforma Agrária: Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 175 - 201, 2004

ESMERALDO, Gema. **Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em Mulheres Assentadas**. In: LOPES, Adriana & BUTTO, Andrea. (orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária. A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. *Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades. Movimentos Sociais*, Recife, p. 1 - 16, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52421>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FEIDEN, Alberto. **Agroecologia: Introdução e Conceitos: Capítulo 2**. Agroecologia, Alagoas, p. 51 - 68, 2020.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. *Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia*. Cienc. Cult., São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, Apr. 2017

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**: MST. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 316 p. v. 1.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: A diversidade das formas das lutas no campo**. 11. ed. São Paulo: UNESP, 2009. 370 p. v. 2.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. **Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, Apr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Poder-corpo**. In: MACHADO, Roberto. Microfísica do poder. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015. cap. 9, p. 234-243.

FOUCAULT, Michel. **Não ao sexo rei**. In: MACHADO, Roberto. Microfísica do poder. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015. cap. 15, p. 344-362.

FONTÃO, Maria Angélica Breda. As Conferências da ONU e o Movimento de Mulheres: construção de uma agenda internacional. 2011. 60 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2011.

FRANÇA, Vanessa de Vasconcellos Lemgruber. Ecofeminismo e Direitos. **Ecofeminismo**, Belo Horizonte, p. 1 - 226, 2019.

FURLIN, Neiva. **A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. P. 257-282.

GABRIEL, Alice. Ecofeminismo e ecologias queer: uma apresentação: Estudos Feministas. **Ecofeminismo**, Florianópolis, p. 167 - 173, 2011.

GACLIANO, Rodrigo Cruz. Ecofeminismo, uma ética generificada e estendida: um novo olhar para nossa relação com o mundo humano e natural. **Ecofeminismo, uma ética generificada e estendida: um novo olhar para nossa relação com o mundo humano e natural**, [s. l.], 25 jun. 2022.

GARCÍA, Veronica Vazquez. Género, medio ambiente y desarrollo sustentable: reflexiones teóricas y metodológicas. In: GARCIA, Veronica Vazquez (Org.). **Género, sustentabilidad y cambio social en el México rural**. México: Colegio de Postgraduados, 1999

GARCÍA, María Franco. A LUTA PELA TERRA SOB ENFOQUE DE GENERO: Os lugares da diferença no Portal do Paranapanema. **Género**, Presidente Prudente, p. 1- 227, 23 set. 2004.

GIULANI, Paola Cappellin. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. In: DEL PRIORE, Mary. PINSKY, Carla Bassanezi. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p.640-668.

GONÇALVES, Renata. **(Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST**. Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, Jul/Dez. 2009.

HERRERA, Karolyna Marin. ROMPENDO DICOTOMIAS: O Cotidiano do Trabalho das Mulheres Rurais. **Mulheres rurais**, Campina Grande, p. 1 - 17, 5 maio 2019.

ICIEG. Artigo 11. As Conferências Mundiais sobre as Mulheres: IV Conferência Mundial sobre as Mulheres – BEIJING, China 1995. 2010a.

_____. Artigo 11. Marcos da Trajetória da Luta da Mulher no Mundo. 2010b.

JESUS, Claudia Kathyuscia Bispo de. 'O que nós quer é ocupar todos os espaços': a participação sociopolítica do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) em conselhos gestores. **Trabalhadores Rurais - MST**, [s. l.], p. 1 - 13, 5 maio 2019.

KARAM, Karen Follador. A MULHER NA AGRICULTURA ORGÂNICA E EM NOVAS RURALIDADES. **Agricultura orgânica - mulher agricultora**, Santa Catarina, p. 1 - 18, 2004.

KUHNEN, Tânia A.; ROSENDON, Daniela. Ecofeminismos. **Mulheres na Filosofia**, ano 2, v. 7, p. 16-40, 2021.

KUHNEN, Tania Aparecida. Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. **Ecofeminismo**, [s. l.], p. 124 - 144, 25 jun. 2022.

LIMA, Daniele Gomes de. Questão agrária e demandas institucionalizadas pelas políticas sociais para o campo na contemporaneidade: Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social. **Eixo: Questão Agrária, Urbana e Ambiental**, Vitória - ES, p. 1 - 15, 22 abr. 2022.

LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil**. 1. ed. Brasília: MDA, 2008. 242 p. v. 1.

MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Selma de Fatima; SANTOS, Marcio José dos. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (Org.). Territórios, movi **A questão agrária e os desafios da construção da Reforma Agrária Popular**. mentos sociais e políticas de Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. págs. 145-162

MEDEIROS, Leonilde Sêrbolo de. *Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX*. In CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social. *O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Págs. 113-136.

MEDINA, Júlio Cesar Bravo. **Agroecologia e MST no Maranhão: Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Cristina Alves – Dificuldades e Perspectivas**. 2014. Dissertação (Pós-Graduação em Agroecologia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Entidades patronais e reforma agrária: do estatuto da terra ao limiar dos anos de 1980**. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964- 1990. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. v. 5, cap. 1, p. 31-51.

MONTELO, Maria Alzerina Carneiro. **A Participação das Mulheres na Organização da Produção socioeconômico do Assentamento Cristina Alves, na Vila 17 de Abril no Município de Itapecuru**. Orientador: Prof^ª .Ma. Rosangela de Sousa Veras. 2015. 57 p. Monografia (Especialização em Educação do Campo) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luís Maracanã, [S. l.], 2017.

MST. Setor de Genero. Feminismo Camponês e Popular: com Identidade e Revolucionário: Feminismo Camponês e Popular. **1 Caderno de Formação - Setor de Genero**, Curitiba - Paraná, p. 1 - 16, 25 abr. 2022.

MST. Setor de Genero. Violência contra mulheres e desafios a participação igualitária de genero. **Caderno de Formação 4**, Paraná, p. 1- 20, 2015.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos social na América Latina**. Marília: Lutas anticapital, 2019. [capítulo 2]

NORONHA, Andrius Estevam. *A reforma agrária na visão dos intelectuais da década de 1960*. IX Encontro Estadual de História - ANPUH-RS, 2008. PUC-RS – CNPq.

PÊSSOA, J. R.; DAL RI, N. M. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a formação para a igualdade de gênero. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 2, n. 2, p.581-606, 2017.

PUELO, Alicia. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. Isegoría, **Revista de Filosofía Moral y Política, Madri, Consejo Superior de Investigaciones Científicas**, 2008.

_____. Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. In: CAVANA, María Luisa; PULEO, Alicia; SEGURA, Cristina (coord.). *Mujeres y ecología: história, pensamiento, sociedad*. Madri: Al-Mudayna, 2004. p. 21-34.

PULEO, Alicia. Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. Del feminismo liberal a la posmodernidad. Madrid: Minerva, 2005. v.2; p. 35-68

RODRIGUEZ, G. Ecofeminismo: superando a dicotomia natureza/cultura. In: Rodriguez, G. (Coord.). *As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate*. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p. 37-56, 2013.

RUA, Maria das Graças & ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminismo: Mulheres de Primeiro e do Terceiro Mundo. **Estudos Teológicos**, Estados Unidos, p. 129 - 139, 1996.

SANTO, Thais Marques de. AS PUBLICAÇÕES CANDIO DO SETOR DE GENERO DO MST E AS VIVÊNCIAS DE MULHERES SEM TERRA: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia. **Reconhecimento, MST**, Porto Alegre, p. 1- 96, 2016.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. AS MULHERES DO MST NA LUTA PELA TERRA E POR FAZER-SE EM SUJEITOS POLÍTICOS: RASTROS DA EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA NAS PAGINAS DO JORNAL SEM TERRA. **Mulheres rurais, MST**, Florianópolis, p. 1 - 37, 11 ago. 2019.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: Mujer, ecología y supervivencia**: Cuadernos inacabados. San Cristóbal - Madrid: J.C, Producción, 1988. 302 p. v. 1.

SILVA, Marjorie Jeanine Ferreira. **ESTUDO DE CASO DA HORTA COMUNITÁRIA DO COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES EM ITAPECURU-MIRIM - MA**. 2019. 73 p. ESTUDO DE CASO (Bacharel - Engenharia Agrônoma) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Ecofeminismo**, Porto Alegre, p. 61 - 70, 2000.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 352 p. ISBN 978-85-7108-400-1

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. P. 329-346.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, José Graziano. O que é questão agrária. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 114 p.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

STEDILE, João Pedro. Propostas de reforma agrária da igreja conservadora - 1961/1962. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária - 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012. v. 3, cap. 4, p. 61-72.

STEDILE, João Pedro. Projeto de reforma agrária do governo João Goulart - 1964. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária - 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012. v. 3, cap. 8, p. 111-118.

STEDILE, João Pedro. Primeira lei de reforma agrária no Brasil - 1964. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária - 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012. v. 3, cap. 9, p. 119-156.

STEDILE, João Pedro. Programa de reforma agrária do MST - 1984. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária - 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012. v. 3, cap. 11, p. 117-180.

TARDIN, José Maria; GUHUR, Dominique Michèle Periotto. **Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza**. Volume II. MOLINA, M.C. et al., Orgs. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, p. 44-94.

WANDERLEY, Maria de Narazeth Baudel. A questão agrária, uma questão para a sociedade brasileira. *Questão Agrária*, [S. l.], p. 1 - 16, 5 maio 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO

DADOS PESSOAIS:

1.NOME:

2.IDADE:

3.ESTADO CIVIL:

4. OCUPAÇÃO:

5.QUANTOS INTEGRANTES NA RESIDÊNCIA INCLUINDO VOCÊ:

2 PESSOAS

3 PESSOAS

4 PESSOAS

5 PESSOAS OU MAIS

6.QUAL RELAÇÃO COM INTEGRANTES (PODE SER MAIS DE UMA OPÇÃO):

PAI/MÃE

FILHOS(AS)

OUTRO

7.QUEM É A PESSOA TITULAR DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO?

VOCÊ

VOCÊ E OUTRA PESSOA EM CONJUNTO

OUTRA PESSOA

ESPECIFICAR QUEM: _____

8.QUEM É O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA RENDA QUE DÁ SUSTENTO A FAMÍLIA?

VOCÊ

VOCÊ E OUTRA PESSOA EM CONJUNTO

OUTRA PESSOA

ESPECIFICAR QUEM É A OUTRA PESSOA: _____

9. QUAL O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA INTEGRANTE DO COLETIVO NA RENDA FAMILIAR?

- MENOS DA METADE DA RENDA
- A METADE DA RENDA
- MAIS DA METADE DA RENDA
- O TOTAL DA RENDA

SOBRE O COLETIVO:

1. PARTICIPA DO COLETIVO DESDE SUA CRIAÇÃO?

- SIM
- NÃO

2. QUAL O PRINCIPAL MOTIVO QUE A LEVOU A PARTICIPAR DO COLETIVO (PODE SER MAIS DE UM, CASO CONTRÁRIO, UM POUCO DE TUDO)?

- MELHORAR A RENDA DA FAMÍLIA
- POSSUIR RENDA PRÓPRIA
- MELHORAR ALIMENTAÇÃO FAMILIAR
- APRENDER UMA NOVA PROFISSÃO
- APRIMORAR O TRABALHO QUE JÁ REALIZAVA
- COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS
- TER MAIS PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE
- LAZER
- OUTRO

ESPECIFICAR: _____

3. QUANTO DO SEU TEMPO VOCÊ COSTUMA INVESTIR NOS TRABALHOS DO COLETIVO?

- MENOS DE 30 MINUTOS/POR DIA
- ATÉ 1 HORA/POR DIA

- ATÉ 1H30/POR DIA
- ATÉ 2 HORAS/POR DIA
- ATÉ 2H30/ POR DIA
- ATÉ 3 HORAS POR DIA

4.QUAL(IS) ATIVIDADE(S)VOCÊ DESENVOLVE NO COLETIVO? (linhas de produção)

5. POSSUI OUTRA RENDA ALÉM DO COLETIVO?

- SIM
- NÃO

SE SIM,

- MAIOR QUE A DO COLETIVO
- MENOR QUE A DO COLETIVO

6. ALÉM DE VOCÊ, ALGUÉM DA FAMÍLIA PARTICIPA DO COLETIVO?

- SIM
- NÃO

SE SIM, QUEM? _____

7. OS TRABALHOS NO COLETIVO (PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS) LHE OFERECERAM UMA MELHORA NA ECONOMIA DOMÉSTICA?

- SIM
- NÃO

SOBRE A ROTINA DA MULHER E O PROCESSO AGROECOLÓGICO:

1. QUEM É A PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS TAREFAS DOMÉSTICAS?

- VOCÊ
- OUTRA PESSOA

ESPECIFICAR QUEM: _____

2. QUANTO TEMPO EM MÉDIA VOCÊ GASTA NAS TAREFAS DOMÉSTICAS?

MENOS DE 1H/ POR DIA

1 HORA/POR DIA

2 HORAS POR DIA

3 HORAS POR DIA

4 HORAS OU MAIS

3. ANTES DA SUA PARTICIPAÇÃO NO COLETIVO QUE ATIVIDADES VOCÊ DESENVOLVIA?

TRABALHO FORA DE CASA

TAREFAS DOMÉSTICAS

TRABALHO NA ROÇA

TRABALHO NA HORTA

OUTRA ATIVIDADE ESPECIFICAR

4. NA ATUALIDADE DESENVOLVE ATIVIDADES AGRÍCOLAS FORA DO COLETIVO?

SIM

NÃO

ONDE? _____

QUAIS ATIVIDADES? _____

5. COMO VOCÊ ENTENDE A SUA PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS?

MUITO BOA

BOA

REGULAR

RUIM

NÃO PARTICIPO

6. VOCÊ JÁ OUVIU OU SABE SOBRE O AGRONEGÓCIO-GRANDES LAVOURAS DE SOJA/EUCALIPTOS?

SIM

NÃO

SE SIM, QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE SEU AVANÇO?

MUITO POSITIVA

POSITIVA

NEGATIVA

MUITO NEGATIVA

7. QUAL A IMPORTÂNCIA DA NATUREZA/MEIO AMBIENTE PARA VOCÊ?

MUITO

POUCA

NENHUMA

8. QUAL(IS) AS MUDANÇA(S) NOTADA POR VOCÊ QUANTO AO MEIO AMBIENTE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS?

NA POLUIÇÃO DOS RIOS

DESMATAMENTO

ENVENENAMENTO OCASIONADO POR AGROTÓXICOS

OUTRO:

ESPECIFICAR QUAL: _____

9. VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE DISCRIMINAÇÃO/PRECONCEITO?

SIM

NÃO

SE SIM, QUAL(IS), PODE SER MAIS DE UM?

POR CONTA DA COR DA PELE (RACISMO)

POR SER MULHER (MACHISMO/MISOGINIA)

POR CAUSA DA ORIENTAÇÃO SEXUAL (HOMOFOBIA)

POR CONTA DA RELIGIÃO

POR RESIDIR/MORAR NO CONTEXTO RURAL

OUTRO

ESPECIFICAR QUAL: _____

10. VOCÊ SE IDENTIFICA COM A LUTA DAS MULHERES POR IGUALDADE NOS DIREITO DE OCUPAR OS MESMOS LUGARES QUE OS HOMENS?

SIM

NÃO

SE SIM, QUAL(IS) (PODE SER MAIS DE UM)?

DIREITO DE CONCESSÃO DE USO DA TERRA

ACESSO A EDUCAÇÃO

A SALÁRIO IGUAL AOS HOMENS QUE EXERCEM A MESMA FUNÇÃO

A TEREM OPORTUNIDADES MELHORES QUANDO SE TORNAM MÃES

OUTRO

ESPECIFIQUE QUAL: _____

11. DE QUE FORMA O COLETIVO CONTRIBUI NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO ASSENTAMENTO?

MUITO

POUCO

NADA

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira- NEQAB
Curso de História - Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais- CECEN

Eu _____,
portador/a do RG número _____, residente no
Assentamento Cristina Alves, situado no município de Itapecuru-Mirim, venho a
através deste declarar a quem possa interessar que prestei informações para a
realização do trabalho de TCC da estudante do Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA): Nathalia da Silva Pontes (número
de matrícula- 20180018232), **O COLETIVO DE MULHERES DO
ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES EM ITAPECURU-MIRIM (MA): o
Ecofeminismo através das experiências agroecológicas**, e que concordo
com que as informações decorrentes da aplicação do questionário possam ser
divulgadas como resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) referido
acima.

Início da aplicação do questionário: _____

Término da aplicação do questionário: _____

Itapecuru-Mirim, ____ de _____ de 2022

Assinatura do/a entrevistado/a

APÊNDICE C

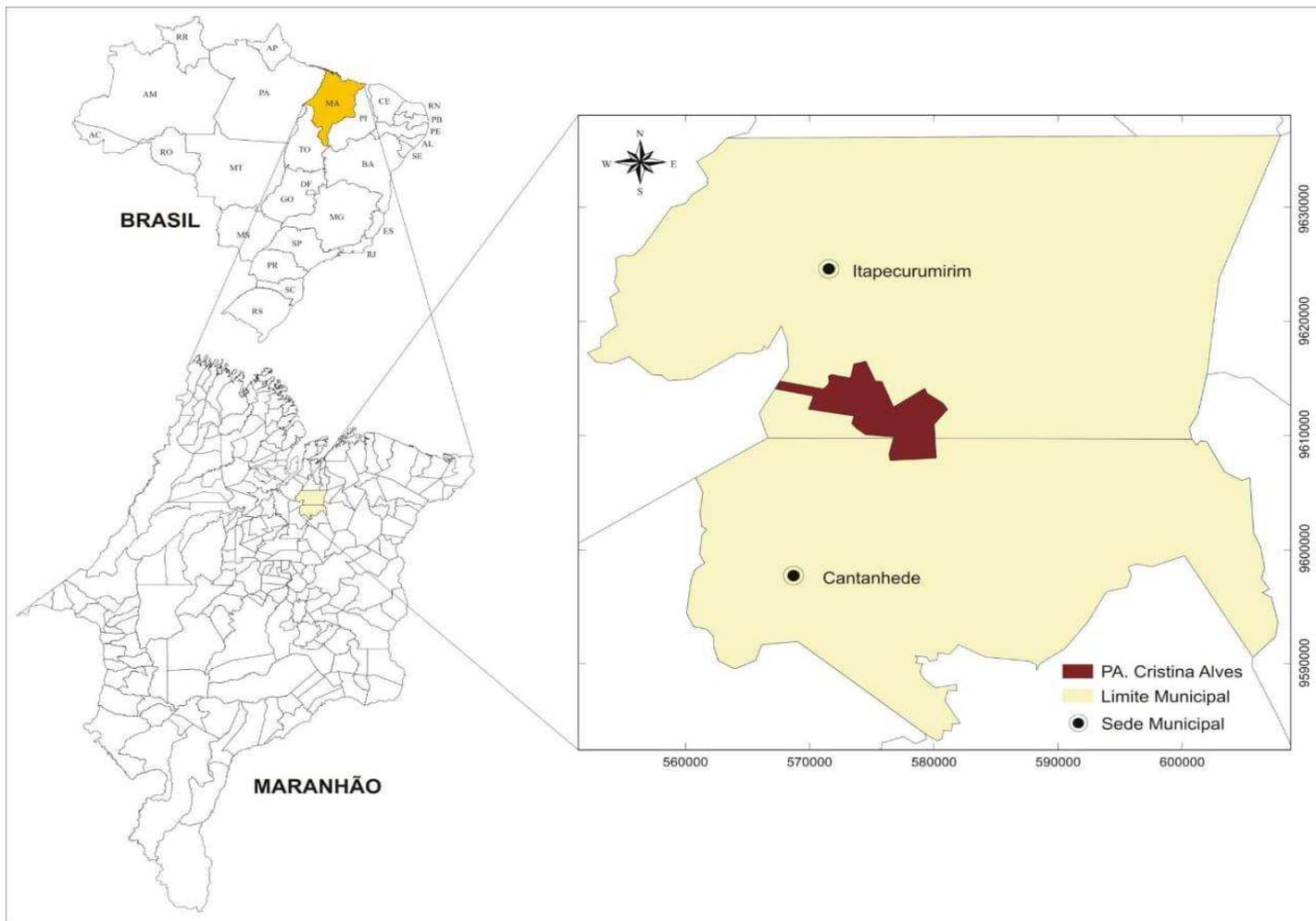
QUAL O PRINCIPAL MOTIVO QUE LEVOU A PARTICIPAR DO COLETIVO?

Melhorar a renda da família	Possuir renda própria	Melhorar a alimentação familiar	Aprender uma nova profissão	Aprimorar o trabalho que realizava	Compartilhar experiências	Ter mais participação na comunidade	Lazer
X		X					
X	X		X		X	X	X
X					X	X	
X				X			
X		X		X	X	X	
		X			X		
X							
X	X	X	X	X		X	X
X	X	X	X	X	X	X	X
X		X					
X		X		X			

APÊNDICE D

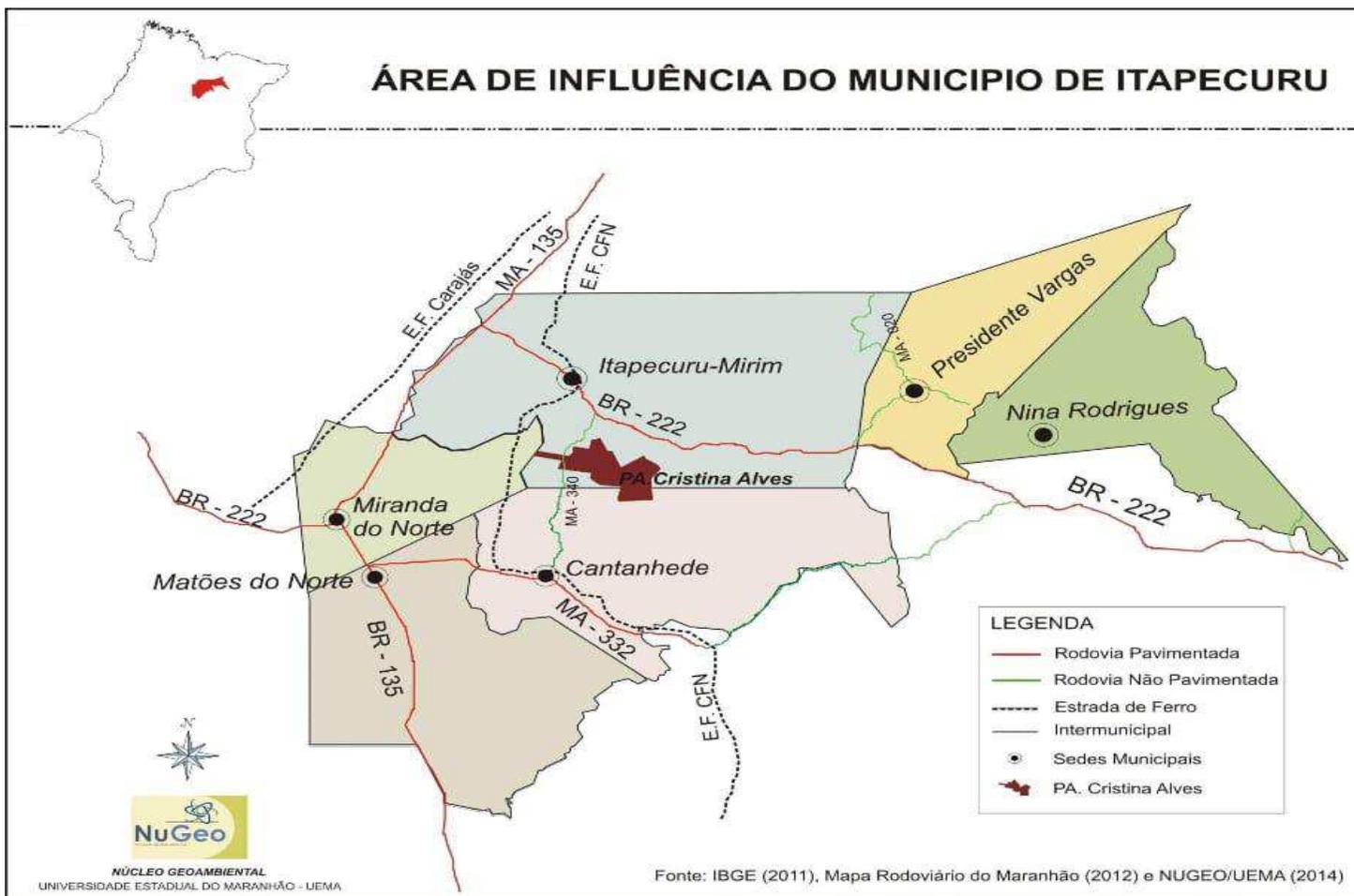
QUAIS AS MUDANÇAS NOTADA POR VOCÊ QUANTO AO MEIO AMBIENTE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS		
NA POLUIÇÃO DOS RIOS	DESMATAMENTO	ENVENENAMENTO OCACIONADO POR AGROTÓXICOS
X	X	
X		
	X	
	X	X
	X	
		X
		X
	X	
X	X	X
	X	X
X	X	X

ANEXO A



Fonte: MEDINA (2014)

ANEXO B



Fonte: MEDINA (2014)